

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
Campus de São Borja

Curso de Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política

SÓCRATES PEREIRA DE SOUZA

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL DE
ENSINO FUNDAMENTAL REPÚBLICA ARGENTINA**

São Borja
2016

SÓCRATES PEREIRA DE SOUZA

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL DE
ENSINO FUNDAMENTAL REPÚBLICA ARGENTINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais - Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais - Ciência Política.

Orientadora: Claudete Robalos da Cruz

São Borja

2016

SÓCRATES PEREIRA DE SOUZA

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL REPÚBLICA ARGENTINA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais - Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais - Ciência Política.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 11/07/2016.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Claudete Robalos da Cruz

Orientadora

UNIPAMPA

Prof. Dra. Andréa Becker Narvaes

UNIPAMPA

Prof. Dr. Thiago da Silva Sampaio

UNIPAMPA

Dedicatória
Dedico este trabalho aos familiares e amigos,
pessoas as quais foram extremamente importantes
nesta conquista!

AGRADECIMENTOS

“Envia a tua luz e a tua verdade, para que me guiem e me levem ao teu santo monte, e aos teus tabernáculos” (SALMOS 43:3).

Neste momento, agradeço a minha família, aos amigos que fiz e aos colegas de profissão. Colegas da atual instituição na qual exerço minhas atividades profissionais e aqueles os quais tive a oportunidade de ter perto de mim ao longo da minha vida.

Agradeço a todos os docentes do curso de Ciências Sociais – Ciência Política, que contribuíram para esta conquista. Em especial, agradeço a minha orientadora, professora Claudete Robalos, a qual foi extremamente profissional e paciente no desenvolvimento deste trabalho, auxiliando em todos os momentos. Portanto, deixo aqui o meu muito obrigado por tudo.

Quando falo em amigos, saliento meu pai, minha mãe, colegas de secretaria acadêmica, colegas do curso de graduação, amigos que visitam minha casa e amigos que fiz no decorrer da vida por meio das experiências vivenciadas.

Assim sendo, meu muito obrigado aos meus amigos Ismael Áustria e Maderley Pereira, que são os meus pais e que fizeram muito por mim nesta vida.

Obrigado aos amigos de confiança, Augusto Clemente, Rodrigo Brandão, Sandro Gonçalves, Geison Jardim, Luis Fernando Locatelli, Joanir Corrêa, Estevan Fernandes, Vinícius Dalbosco, Márcio Ramos, Gustavo Ryden, Gilmar Farias, Bruno Nunes, Mauricio Dalcin, Rafael Aquino, Fernando Mendes, Rogério Moiano, Ronaldo Santiago, Cesar Steinhorst, Manoel Eduardo, Tiago Moura, Edson Paniagua e Ronaldo Colvero.

Agradeço as minhas amigas, Ethiane Dinat, Greice Meireles, Carolina Dornelles, Renata Pereira, Gabriela Vaz, Solange Berwig, Geiza Lescano, Joése Farias, Rosa Maria Pimentel, Naida Mazzuco, Carla Niz, Genáina Baumart, Michele Fonseca, Gladis Velastiqui, Bruna Martins, Fabiane Alves, Josiane Borges, Shaiane Olea, Maria Elisa e senhora Marciolina.

Peço perdão caso tenha esquecido de mencionar algum amigo ou amiga. Contudo, enfatizo que muitas pessoas foram importantes e especiais no processo de

construção deste trabalho e no desenvolvimento da maturidade pessoal, tendo um valor incomensurável em minha vida.

Obrigado à Escola Municipal de Ensino Fundamental República Argentina, na qual estive por praticamente cinco anos desenvolvendo atividade profissional, sendo esse lugar um ambiente no qual fui muito feliz.

Por fim, agradeço a um Ser superior, aquele que tudo vê e que me fortaleceu em momentos de dificuldades. Logo, agradeço a Deus, pois creio nele.

Dessa forma, após esses agradecimentos destinados a pessoas que foram muito especiais em minha vida deixo uma mensagem para reflexão: “que a sua mente sempre será o seu limite. Acredite em si, trabalhe forte, dedique-se, pois em algum momento os resultados virão, através da determinação, honestidade, coragem e iluminação divina.”

RESUMO

Este trabalho trata da avaliação de uma política pública na área da educação, o Programa Mais Educação, na Escola Municipal de Ensino Fundamental República Argentina, a qual está situada no município de São Borja-RS. O trabalho visou estabelecer as relações existentes entre assuntos como a reforma do estado, políticas públicas e educação. Especialmente, sobre o desenvolvimento de políticas voltadas para a educação em tempo integral. Foram realizadas entrevistas, observação estruturada e não participante, bem como a análise do discurso, a fim de proceder à avaliação do Programa mais Educação no contexto escolar pesquisado. Foi possível verificar a partir das entrevistas realizadas, que o respectivo programa foi satisfatório em partes, porque segmentos como a infraestrutura e recursos orçamentários foram compreendidos como negativos. Infraestrutura pela falta de espaço físico existente no educandário e recursos orçamentários pela interrupção da verba visando a continuidade do Programa Mais Educação na escola pesquisada. O trabalho realizado contribuiu com os estudos relacionados à Ciência Política, na medida em que por meio da avaliação de políticas públicas, foi possível verificar a participação social dos sujeitos envolvidos e a relação existente entre sociedade e Estado, governabilidade, e gestão dos recursos públicos.

Palavras-chave: Educação em Tempo Integral. Escola República Argentina. Políticas Públicas. Programa Mais Educação. Reforma do Estado.

ABSTRACT

This work deals with the evaluation of a public policy in the area of education, the More Education Program, in the Municipal School of basic Education Republic of Argentina, which is located in the municipality of São Borja-RS. The work aimed to establish the relationships existing between issues such as state reform, public policies and education. Especially, on the development of policies aimed to the in full-time education. Interviews were conducted, observation, structured and non-participant, as well as the analysis of the discourse, in order to proceed the evaluation of the program more Education in the school context researched. Was possible to check from the interviews conducted, that their program was satisfactory in partial, because segments such as infrastructure, and budgetary resources were understood as negative. Infrastructure the lack of physical space existing in the school and budgetary resources for the interruption of the budget aiming at the continuity of the Program More Education. The work done contributed with the studies related to political science, to the extent that bay means of the evaluation of public policies, it was possible to verify the social participation of the subjects involved and the existing relationship between society and the State, governance, management of public resources.

Keywords: in the Full - Time education. The school Republic of Argentina. Public Policies. More Education Program. Reform of the State.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia do banheiro adaptado para pessoas portadoras de necessidades especiais	39
Figura 2 – Fotografia da sala com rampa de acesso.....	40
Figura 3 – Fotografia da quadra poliesportiva do educandário.....	43
Figura 4 – Fotografia do recibo de pagamento aos oficineiros.....	48
Figura 5 – Fotografia da cozinha da escola, onde são preparados os alimentos....	54
Figura 6 – Fotografia da sala de aula na qual são ministradas as aulas do Apoio Pedagógico	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Amostra dos agentes pesquisados.....	18
Quadro 2 – Amostra das questões: dimensões analíticas.....	20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

ASEMA – Centro Social Urbano – Centro Comunitário

CIEPs – Centro Integrador de Educação Pública

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

MEC – Ministério da Educação

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

SMED – Secretaria Municipal de Educação

Simec – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 METODOLOGIA	16
2.1 Delimitação do tema	17
2.2 Procedimentos de coleta e análise dos dados	18
3 REFORMAS DO ESTADO: A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNABILIDADE	23
3.1 O Programa Mais Educação como uma política pública de extensão do tempo de permanência dos alunos na escola	30
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	36
4.1 Avaliação do Programa Mais Educação na Escola Municipal de Ensino Fundamental República Argentina	37
4.1.1 Infraestrutura Física/Recursos Orçamentários	37
4.1.2 Recursos Humanos/Alimentação	53
4.1.3 Dimensão Pedagógica	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS.....	76
APÊNDICES.....	78

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as políticas públicas assumiram o papel central no que se refere ao avanço das condições democráticas. Tornaram-se uma dimensão estratégica para que se fizesse a governabilidade, na medida em que se busca efetivar e atender as demandas dos diversos segmentos sociais.

Oliveira, afirma que a política pública “é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões” (AZEVEDO, 2003, p. 38, *Apud* OLIVEIRA, 2010, p. 2). Nesse sentido, as políticas públicas educacionais, são tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em relação à educação escolar.

Sabe-se que no espaço escolar convivem diferentes grupos sociais e é o Estado o agente responsável por assegurar as condições mínimas para o seu funcionamento, visando garantir formação educacional ampla e com isso contribui para aprimorar as condições de sociabilidade e o fortalecimento da cidadania.

Diante desse quadro, é que as políticas públicas assumem relevância e um papel estratégico na construção das condições institucionais necessárias para a governabilidade e o desenvolvimento da qualidade da democracia.

O Programa Mais Educação tem o objetivo de ampliar a jornada escolar e a organização curricular. Visa à extensão do tempo de permanência dos alunos nas escolas. Também pretende obter uma maior qualidade em relação ao campo pedagógico, ensino e aprendizagem dos discentes. A ideia é efetivar uma proposta de educação em tempo integral¹.

Historicamente, a educação em tempo integral era destinada e beneficiava uma classe mais elitizada. Logo, os detentores do poder econômico e social é que usufruíam da perspectiva inerente à educação compreendida como a de qualidade.

Neste contexto, é oportuno enfatizar sobre a distinção existente entre a educação em tempo integral e a educação integral. Educação em tempo integral diz respeito a um aspecto pragmático e sociopolítico, o qual visa aumentar o tempo das

¹ O tempo integral seria um meio a proporcionar uma educação mais efetiva do ponto de vista cultural, com o aprofundamento dos conhecimentos, do espírito crítico e das vivências democráticas. A permanência por mais tempo na escola garantiria melhor desempenho em relação aos saberes escolares, os quais seriam ferramentas para a emancipação (CAVALIERI, 2007, p. 1029).

crianças junto aos estabelecimentos de ensino. Já a educação integral se refere a formação do sujeito em um contexto mais abrangente.

A intenção do Programa Mais Educação, além das ideias mencionadas como a de ampliar o tempo do indivíduo na escola, criar sujeitos críticos e formadores de opiniões, é a de melhorar os índices da educação, por meio de um maior e melhor aproveitamento através da instituição dessa política pública com caráter social, o Programa Mais Educação.

Entretanto, essas ideias não podem ser confundidas com o propósito de que haja a transferência da responsabilidade de educar por parte dos pais em relação a seus filhos, destinando essa função aos docentes. Há a intenção de que ocorra a melhoria futura dos sujeitos componentes da sociedade por meio da participação nessa política pública de viés social.

A educação em tempo integral necessita ser muito bem arquitetada, sobretudo organizada, porque não sendo dessa maneira, há o risco de uma maior sobrecarga em relação às demandas de atividades destinadas aos profissionais de um determinado educandário.

Para a oferta da educação em tempo integral, é imprescindível a adesão da comunidade escolar e do governo enquanto gestão, para que dessa forma, haja a preparação adequada para o enfrentamento dos desafios que surjam.

É importante para a implementação da educação em tempo integral, a devida estruturação do projeto político pedagógico, capacitação dos docentes envolvidos e condições positivas como infraestrutura, para a sua devida implantação.

Dessa forma, trata-se da concepção de fazer com que esses indivíduos possam ascender socialmente através da educação, a qual seja provida de maior qualidade, através de um contato maior com o educandário e com as atividades inerentes a esse contexto educacional.

Nessa perspectiva, o governo enquanto órgão mantenedor, deve auxiliar prestando o suporte necessário, para que assim, os estabelecimentos de ensino tenham as condições necessárias para a implementação e manutenção dessa política pública, o Programa Mais Educação, visando a educação em tempo integral.

A abordagem deste assunto é de suma importância para a Ciência Política, na medida em que esta se ocupa com o entendimento dos sistemas políticos, assim

como das estruturas existentes dos processos relacionados ao governo e a participação do Estado² em relação à inserção dessa política pública.

A forma como esse programa está sendo implantado nas escolas municipais, permite analisar a efetividade do Estado, sobre a condução da gestão pública, o alcance dos resultados desejados, assim como dos dispositivos institucionais necessários, para a devida implantação de uma política pública.

Assim, avaliar o Programa Mais Educação contribui para depreender as estratégias sociopolíticas adotadas pelos agentes políticos, bem como as suas formas de pensar a coordenação e gestão dos serviços públicos.

Diante desse quadro, o presente trabalho busca responder o seguinte problema: Quais foram às implicações do Programa Mais Educação para qualificar o contexto de ensino e aprendizagem na Escola Municipal de Ensino Fundamental República Argentina?

O objetivo geral é proceder à avaliação o Programa Mais Educação na respectiva instituição de ensino. Para tanto, os objetivos específicos foram: identificar como a comunidade escolar, docentes, funcionários, alunos, pais e oficinairos percebem a política pública instituída no contexto pesquisado; verificar se existiram melhorias efetivas no espaço pesquisado, bem como a intenção de contribuir com as pesquisas sobre as políticas educacionais.

Nestes termos, o trabalho ficou estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo será apresentada a fundamentação metodológica e os procedimentos utilizados para a realização da pesquisa.

No segundo capítulo serão abordadas as questões relativas à relação entre reforma do estado, políticas públicas e governabilidade, bem como a explicitação

² Conforme (SERAINÉ; JUNIOR; MIYAMOTO, 2008, pp. 129-130) “Uma questão recorrente tem instigado a produção de pesquisa nas Ciências Sociais: o Estado ainda é um agente decisivo do desenvolvimento? Para responder esse desafio teórico-prático necessário se faz estudar a capacidade de ação do Estado, principalmente da perspectiva de um grupo de funcionários especiais que faz funcionar a “máquina” pública, analisar a capacidade institucional dos governos para definir prioridades e realizá-las independentemente dos interesses de classes ou dos grupos da sociedade civil. A discussão sobre a capacidade que a burocracia teria para definir padrões de conduta com certo grau de independência remete à entrovérsia da autonomia do Estado. Segundo Adam Przeworsky, um Estado é autônomo quando os governantes têm poder para definir e impor objetivos sem prender-se aos interesses conflitantes dos grupos da sociedade civil. Isso não significa afirmar que os governantes dispõem de ampla liberdade para subordinar peremptoriamente as demandas dos atores não-estatais as suas, mas que os governos possuem dispositivos institucionais para conduzir a gestão pública segundo os interesses do grupo governante.”

sobre o Programa Mais Educação como proposta para a educação em tempo integral.

O terceiro capítulo apresentará a avaliação do Programa Mais Educação na Escola Municipal de Ensino Fundamental República Argentina, apresentando aquilo que seja destacado dentro dos segmentos que foram estruturados, os seus resultados. Por fim, as considerações finais e referências bibliográficas.

2 METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa, como diz Raissa:

tem caráter exploratório, isto é, estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Mostra aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. É utilizada quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para uma interpretação. É uma pesquisa indutiva, isto é, o pesquisador desenvolve conceitos, idéias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos pré-concebidos (RAISSA, 2011, s/p.).

Em razão disso, buscou-se através da pesquisa bibliográfica, elucidar conceitos como: Políticas Públicas, Reformas do Estado, Governabilidade e Educação em Tempo Integral, pois para se avaliar uma política pública, envolvem-se questões políticas relacionadas à gestão pública e projetos de governo.

Esta pesquisa também se caracteriza como estudo de caso, o qual é tratado da seguinte maneira:

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (GIL, 2002, p. 54).

Dessa forma, explorar as situações da vida real, nos quais os limites não se encontrem tão nítidos, descrição da situação e o espaço em que é desenvolvida uma determinada pesquisa, bem como a procura pela elucidação das variáveis de um dado fenômeno em situações extremamente complexas as quais não possibilitem a utilização de levantamentos e experiências, são relevantes neste cenário.

Reconhece-se, assim que:

Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer Ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos. Disto trata a metodologia (DEMO, 1985, p. 19).

Assim, a seguir segue a delimitação do tema e a especificação dos procedimentos e ferramentas utilizadas na realização da pesquisa.

2.1 Delimitação do tema

A Escola Municipal de Ensino Fundamental República Argentina foi fundada, no dia trinta e um de Março do ano de mil novecentos e setenta e três, pelo Prefeito José Pereira Alvarez, está situada na Rua Vereador Alberto Benevenuto, número 1405, Bairro – Passo, Vila Santa Rosa, município de São Borja-RS³. Conta com quarenta e três anos de história.

A instituição de ensino situa-se em uma zona periférica da cidade, a qual apresenta carências estruturais, como por exemplo, rua não pavimentada. Enfatiza-se que os alunos matriculados são da própria região, a maioria deles, bem como alguns professores que também residem nas proximidades dessa escola.

O educandário no momento em que foi realizada a pesquisa, contava com cento e sessenta e oito alunos matriculados, distribuídos entre Jardim, Pré Escolar e Anos Iniciais, contava ainda com vinte e nove servidores, vinte e cinco desses professores e funcionários, mais quatro oficineiros que compunham o Programa Mais Educação.

O Programa Mais Educação, política pública educacional, teve o seu início efetivo no respectivo educandário, no ano de dois mil e treze, a contar do mês de março, sendo mês letivo. Isso foi em vista da verba recebida no dia trinta do mês de Dezembro do ano de dois mil e doze.

Em relação ao espaço temporal desta pesquisa, foi pautada no período de início efetivo do programa junto ao educandário, mês de Março do ano de 2013, até Outubro do ano de 2015, momento em que foram finalizadas as entrevistas junto aos atores envolvidos. Neste momento, o ano de 2016, o Programa Mais Educação não funciona pela falta de recursos orçamentários.

O Programa Mais Educação teve a sua interrupção pela falta de recursos orçamentários no mês de Agosto do ano de 2015. Nos meses seguintes, Setembro e Outubro, meses letivos, deixou de funcionar.

³Conforme o Censo 2010, o município de São Borja-RS possuía 61, 671 habitantes; com área territorial de 3.616,019 Km²; densidade demográfica equivalente a 17,05 hab/Km². (IBGE, 2010).

No momento em que estava em vigência, o Programa Mais Educação dentro da Escola pesquisada, era oferecido a 60 discentes. No entanto, a ideia é de que quando o Programa Mais Educação se consolide, passe a atender todas as crianças que componham esse espaço escolar. A intenção governamental em nível federal é de que até o ano de 2.022 se efetive nos educandários a proposta de educação em tempo integral.

2.2 Procedimentos de coleta e análise dos dados

A coleta de dados ocorreu por intermédio de um questionário semiestruturado e entrevistas que contêm questões abertas. Foram realizadas quinze entrevistas no período de vinte e cinco de Setembro de dois mil e quinze a vinte e oito de Outubro de dois mil e quinze, com os agentes da comunidade escolar, sobre as implicações do Programa Mais Educação, os quais foram escolhidos em função da sua participação direta no respectivo programa.

Dentre eles, estão presentes os membros da equipe diretiva da escola, docentes, funcionários, alunos, pais, coordenação do Programa Mais Educação, oficinairos do Programa Mais Educação e membro da Secretaria Municipal de Educação, conforme consta quadro 1.

Quadro 1: Amostra dos agentes pesquisados:

ENTREVISTADOS	QUANTIDADE
Equipe Diretiva	03
Professores	01
Funcionários	02
Alunos	03
Pais	02
Coordenação do Programa Mais Educação	01
Oficineiros do Programa Mais Educação	02
Secretaria Municipal de Educação	01
TOTAL	15

Fonte/Org: (SOUZA, Sócrates, 2015).

Com o propósito de preservar a identidade dos entrevistados, aqueles que participaram do trabalho e registraram as suas opiniões, foram utilizados nomes fictícios, o que constará na apresentação dos resultados. Assim sendo, constarão os nomes fictícios dos entrevistados, a ordem das entrevistas (numeração) e o período em que foram realizadas.

Contabilizaram-se todas as entrevistas realizadas, houve um total de duas horas e trinta e cinco minutos de áudio dessas entrevistas, as quais foram posteriormente transcritas com a finalidade de apresentar os resultados.

Para sistematização e análise de discurso do universo amostral, agruparam-se as questões por meio de dimensões analíticas, tais como: infraestrutura, recursos orçamentários, recursos humanos, alimentação e ainda as questões inerentes a dimensão pedagógica dos docentes e oficinairos envolvidos no Programa Mais Educação, como ilustra quadro 2.

Quadro 2: Amostra das questões: Dimensões analíticas

Infraestrutura Física/Recursos Orçamentários	Recursos Humanos/Alimentação	Dimensão Pedagógica
1 - Ocorreram melhorias inerentes à infraestrutura (recursos) dessa instituição de ensino? Quais?	1 - Ocorreram melhorias relativas à alimentação das crianças?	1 - Como as crianças (discentes), pais e responsáveis por esses alunos visualizam o projeto instaurado?
2 - Ocorreu o repasse de uma maior quantia de verba pelo poder público, visando à manutenção desse programa?	2 - Quantas alimentações os alunos e oficinairos envolvidos no Programa Mais Educação recebem por dia?	2 - Ocorreram melhorias relacionadas à capacitação técnica pedagógica dos docentes para atuar dentro da proposta de educação em tempo integral?
3 - Qual o funcionamento da cozinha em turno integral?	3 - A quantidade de oficinairos envolvidos no Programa Mais Educação é suficiente para atender às demandas de alunos inseridos nesta proposta?	3 - Quais são os critérios para a seleção dos oficinairos, a fim de que esses atuem neste programa de educação em tempo integral?
4 - Há alguma mudança em relação a antes da efetivação do programa?	-	4 - Que mudança você destacaria em relação a avanços depois da efetivação do programa?
5 - Como são o seu espaço físico (cozinha, salas de aula e demais espaços como a quadra poliesportiva)?	-	-

Fonte/Org: (SOUZA, Sócrates, 2015).

Além disso, realizou-se a observação estruturada e não participante no espaço pesquisado. A observação em termos gerais, conforme Lakatos consiste em:

[...] uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar (LAKATOS, 2003, p.190).

A observação contribui para que o pesquisador identifique e consiga as provas acerca de objetivos dos quais os indivíduos não tenham um discernimento pleno.

A observação sistemática ou estruturada, a qual é a técnica adotada no desenvolvimento deste trabalho, segundo Lakatos:

Realiza-se em condições controladas, para responder a propósitos preestabelecidos. Todavia, as normas não devem ser padronizadas nem rígidas demais, pois tanto as situações quanto os objetos e objetivos da investigação podem ser muito diferentes. Deve ser planejada com cuidado e sistematizada (LAKATOS, 2003, p.193).

Entende-se que o pesquisador compreende aquilo que procura e que carece em importância com relação a dadas situações. Por essa razão, elencou-se dimensões analíticas (infraestrutural, recursos orçamentários, recursos humanos, alimentação, pedagógico), para realizar a observação na escola pesquisada.

Oportuno salientar que, tratou-se de uma observação não participante, como descreve Lakatos:

Na observação não-participante, o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora. Presencia o fato, mas não participa dele; não se deixa envolver pelas situações; faz mais o papel de espectador. Isso, porém, não quer dizer que a observação não seja consciente, dirigida, ordenada para um fim determinado. (LAKATOS, 2003, p. 193).

Assim, nesta perspectiva o pesquisador, tem o contato com a comunidade pesquisada, entretanto, não interagindo plenamente com o respectivo grupo social.

Para análise e discussão dos resultados, utilizou-se a Análise do Discurso, visando a interpretação e análise do contexto social, com a finalidade de compreender o hábito de vivência ou a própria cultura específica do universo pesquisado.

A análise de discurso, na visão de Williams, “é uma perspectiva teórica sobre a língua e, de uma maneira mais geral, sobre a simiose (que inclui a linguagem visual, linguagem corporal, e assim por diante) como um elemento ou momento do processo social material” (Williams, 1977, p. 307, *Apud* FAIRCLOUGH, 2012, 307). Ou seja, permite compreender o discurso e a construção de sentidos no contexto específico em que o sujeito está inserido.

Desse modo, as descrições e análise dos discursos permitem compreender as implicações e o sentido que o Programa mais educação assume no educandário pesquisado.

3 REFORMAS DO ESTADO: A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNABILIDADE

Quanto a Reforma do Estado, especificamente em relação ao contexto Estado-nação e as políticas educacionais, há a seguinte perspectiva:

As políticas educacionais, até muito recentemente, eram políticas que expressavam uma ampla autonomia de decisão do Estado, ainda que essa autonomia fosse, necessariamente, a resultante das relações (complexas e contraditórias) com as classes sociais dominantes, e fosse igualmente sujeita às demandas das classes dominadas e de outros actores colectivos e movimentos sociais. Todavia, ainda que, cada vez mais, haja indicadores que apontam para uma crescente diminuição dessa autonomia relativa, continua a ser necessário fazer referência ao papel e lugar do Estado-nação, mesmo que seja melhor compreender a sua crise actual e a redefinição do seu papel – agora, necessariamente, tendo em conta as novas condicionantes inerentes ao contexto e aos processos de globalização e transnacionalização do capitalismo (AFONSO, 2001, p. 16).

Percebe-se a relevância do Estado estruturado, para que dessa forma, as políticas necessárias sejam aplicadas efetivamente. O Estado possui uma longa história. Considera-se esse fato, e em momento algum esquece-se que esse segmento será caracterizado apenas a partir das referências particulares que acontecerem com o passar do tempo.

Aspectos como a natureza e política são importantes nesta perspectiva. Deve o Estado ser depreendido como uma organização política, com base em um dado contexto histórico que se consolida em seus fins a soberania absoluta.

Questões como a regulação, coerção e controle social são pontos que mudam neste espaço, à proporção em que as configurações de carácter específicas movimentam-se para a modernidade, busca-se a afirmação da sistemática econômica.

Relaciona-se essas fundamentações com as reformas administrativas no Brasil, em um período anterior ao governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), destaca-se aspectos referentes à crise da administração:

A crise administrativa manifesta-se na baixa capacidade de formulação, informação, planejamento, implementação e controle das políticas públicas. O rol das insuficiências da administração pública do país é dramático. Os servidores estão desmotivados, sem perspectivas profissionais ou existenciais atraentes no serviço; a maior parte deles não se insere num plano de carreira. Os quadros superiores não têm estabilidade funcional. As

instituições de formação e treinamento não cumprem seu papel. A remuneração é baixa (1993:26) (PEREIRA, 1998, p. 180).

Tratava-se de uma situação verídica, em razão do intenso patrimonialismo existente no sistema político que estava em vigência, há a busca pela descontaminação dessa sistemática que estava arraigada em nossa máquina funcional, bem como a implantação de uma administração pública burocrática, na qual os servidores fossem capazes de exercerem as atividades inerentes de uma maneira eficaz e mais profissional.

O problema referente ao aparelho do estado brasileiro era justamente a ineficácia e ineficiência, bem como os desequilíbrios relativos ao campo salarial, isso no que se refere ao contexto federal.

No período em que FHC assumiu 1995, constatou-se:

[...] uma redução substancial, que se deveu em grande parte à não reposição de servidores quando se aposentavam, seja porque as funções haviam sido transferidas para os estados e municípios, seja porque podiam ser terceirizadas, seja porque havia, de fato, excesso de pessoal naquele setor. A ineficiência do setor público brasileiro, entretanto, é enorme, principalmente na área social. (PEREIRA, 1998, p. 183).

Esta ineficiência relaciona-se diretamente à burocracia combinada em escala decrescente. Os próprios desequilíbrios salariais, por sua vez, estavam relacionados à alta inflação que era dominante no país entre os anos 60 até o ano de 1994, agregava-se a isso a crise fiscal naquele período.

A partir da edificação do Estado-nação como uma ferramenta de reprodução de uma concepção essencialista de caráter nacional, o papel da escola pública tornou-se decisivo, sendo obrigatória e não se isentando dos reflexos de suma importância quanto a sua afirmação no contexto nacional.

Boaventura S. Santos compreende que:

[...] Estados-nação têm tradicionalmente desempenhado um papel algo ambíguo. Enquanto, externamente, têm sido os arautos da diversidade cultural, da autenticidade da cultura nacional, internamente, têm promovido a homogeneização e a uniformidade, esmagando a rica variedade de culturas locais existentes no território nacional, através do poder da polícia, do direito, do sistema educacional ou dos meios de comunicação social, e na maior parte das vezes por todos eles em conjunto (SANTOS, 2001, *Apud* AFONSO, 2001, p. 18).

A estruturação histórica do Estado-nação por essas razões, bem como a sua relação junto à educação pública, agregado a isso à concepção acerca de cidadania, tornam-se complexas. Há implicações relacionadas à parte cultural e política, as quais são relevantes.

A redefinição do papel do Estado e as suas influências particularmente decisivas, os processos relacionados à globalização e transnacionalização do capitalismo, não podem de forma alguma ser esquecidas nesta conjuntura.

Inserindo as políticas públicas neste espaço cabe destacar que:

Uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2012, p. 2).

Considera-se, uma política pública como resultante da intencionalidade pública e a resposta em relação a um determinado problema considerado público.

[...] trata fundamentalmente de atores cercados por restrições que tentam compatibilizar objetivos políticos (policygoals) com meios políticos (policymeans), num processo que pode ser caracterizado como “resolução aplicada de problemas”. Identificar os problemas e aplicar (por mais imperfeitas que sejam) as soluções encontradas (soluções captadas na expressão naming, blamingandclaiming, ou seja, dar nomes, culpar moldar e cobrar) Felstiner et al. , 1980-1; Druckman, 2001; Steinberg, 1998) envolvem a articulação de objetivos por meio de deliberações e discursos, além do uso de instrumentos políticos (policy tools), numa tentativa de atingir esses objetivos (HOWLETT; RAMESCH; PERL, 2013, pp. 5-6).

Desta concepção, compreende-se o seguinte: a teoria é indissociável da parte prática, enfatiza-se que uma complementa a outra, de tal maneira que o agente envolvido, possua o conhecimento técnico e empírico acerca de uma determinada problemática, com a finalidade de que a mesma seja operacionalizada e solucionada satisfatoriamente.

Ao proporem essas definições a respeito de políticas públicas, os autores enfatizam a relevância das políticas públicas as quais sejam estruturadas, bem arquitetadas e pensadas, destaca-se o engajamento o qual deva existir por parte dos atores envolvidos no processo de implantação dessas políticas públicas. Visa-se o bem-estar coletivo, para que dessa forma haja o êxito em seus fins.

De acordo com as obras enfatizadas, as políticas públicas bem-sucedidas aspiram atingir os pressupostos alusivos à eficácia, eficiência e efetividade em seus fins, para que dessa maneira haja a conquista plena de uma política pública instituída.

Com o intuito de embasar os pressupostos mencionados, executam-se as seguintes definições pertinentes às questões inerentes a eficácia, eficiência e efetividade, respectivamente.

A razão essencial do projeto é produzir mudanças em alguma parcela da realidade, solucionar um problema social ou prestar um serviço a um determinado subconjunto populacional. Operacionalmente, a eficácia é o grau em que se alcançam os objetivos e metas do projeto na população beneficiária, em um determinado período de tempo, independente dos custos implicados. A definição apresentada tem dois aspectos fundamentais: metas e tempo (COHEN, 2007, p. 102).

Logo, os pontos determinantes relativos à eficácia, são exatamente as metas e o tempo, ou seja, a intencionalidade de obter em um curto ou no máximo, médio prazo, os resultados desejados, as metas traçadas em um tempo considerado útil.

Visa-se atingir o público para a qual a política pública foi direcionada.

O conceito de eficiência pode ser considerado a partir de duas perspectivas complementares: se a quantidade de produto está predeterminada, procura-se minimizar o custo total ou o meio que se requer para sua geração; se o gasto total está previamente fixado, se procura otimizar a combinação de insumos para maximizar o produto (COHEN, 2007, p. 103).

Cabe salientar uma regra geral para a concepção de eficiência: produzir muito e aproveitar, adequadamente, os recursos existentes. Salienta-se que esses recursos devem portar qualidade máxima, mesmo que sejam mínimos, para que dessa forma, uma determinada política pública alcance o status de positiva em relação aos clientes usuários desse programa público.

Diz-se que a efetividade constitui a relação entre os resultados e o objetivo. Efetividade igual a Resultados/Objetivos. Em forma mais genérica foi dito que “efetividade é um termo que se usa frequentemente para expressar o resultado concreto – ou as ações conduzentes a esse resultado concreto – dos fins, objetivos e metas desejadas” [...] (LÓPEZ, 1985, *Apud* COHEN, 2007, p. 107).

A efetividade trata dos objetivos a serem alcançados, para que uma política pública seja considerada efetiva, essa deve conquistar um resultado consistente,

sobretudo atingir o maior número de clientes, trata-se em sua essência dos objetivos e metas desejadas como enfatizado.

Questões como o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante, identificação dos problemas com o propósito de solucioná-los, assim como possuir o domínio da teoria e da prática, são elementos que podem contribuir e ser decisivos naquilo que concerne a uma política pública que seja relevante, aquela que seja finalizada com absoluto sucesso.

Por tratar-se de uma diretriz, uma política pública deve compreender as atividades ou passividades que decorram desse processo, deve haver uma apreensão quanto à intencionalidade juntamente com a resposta para o problema o qual seja de caráter público.

As articulações dos objetivos através das deliberações cabíveis tornam-se imprescindíveis neste processo, com a finalidade de conquistar os principais objetivos, agrega-se a isso, a teoria e a prática, as quais são indissociáveis, no processo de adoção de uma política pública em questão, aquela que venha a ser positiva em sua avaliação.

Em detrimento disso, pontua-se o tópico referente a avaliação de uma política pública, sendo esse um dos ciclos existentes na estruturação desse processo.

A avaliação da política pública é o “processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática” (Anderson, 1979, p.711). Por essa definição, tem-se a distinção entre avaliação *ex ante* (anterior à implementação) e avaliação *ex post* (posterior à implementação). Existe ainda a avaliação *in itinere*, também conhecida como avaliação formativa ou monitoramento, que ocorre durante o processo de implementação para fins de ajustes imediatos [...] (COSTA; CASTANHAR, 2003, *Apud* SECCHI, 2012, p. 49).

Inerente a este assunto, avaliação e processo de implementação, algo a ser ressaltado é o quesito pertinente a estruturação e a gestão dessas políticas públicas, bem como a educação e trabalho que visa em seus fins, às políticas públicas que tragam a formação para o trabalho de uma maneira a qual seja coesa.

Em razão disso, destaca-se algo muito comum no Brasil, pertinentemente ao Estado e as políticas públicas com teor social e ainda, as quais sejam referentes a formação e gestão:

Um dos grandes dilemas da Educação no Brasil é sua democratização, no que tange a universalização de vagas em seus níveis e modalidades, e requer, além do acesso, a permanência com qualidade. Tal problemática não está equacionada pelo seu financiamento, e não prima por um padrão de qualidade social; por controle centralizado do planejamento educacional; pela implementação da gestão colegiada; pela participação dos sujeitos envolvidos na educação nas decisões e, ainda, pela cultura da continuidade de programas educacionais nos governos que se sucedem (FRANÇA, 2010, pp.12-13).

Aspectos como democratização dos indivíduos, gestão, planejamento e participação efetiva dos agentes envolvidos, são decisivas para que tal política pública seja extinta com sucesso, dando ênfase a manutenção dos programas de viés educacional.

Percebemos as políticas públicas como as respostas que os governos devem dar para mitigar ou para solucionar os problemas e/ou atender às demandas existentes nas sociedades tendo em vista os objetivos e os direitos fundamentais estabelecidos nas Constituições (QUEIROZ, 2013, s/p.).

Neste instante, ressaltam-se as políticas públicas que sejam portadoras de possíveis soluções para aqueles problemas existentes em âmbito social, desde que essas sejam providas dos três “ES” em sua plenitude. Eficácia, eficiência e efetividade.

O planejamento não é algo que se coloca no lugar dos processos decisórios que são necessariamente políticos. Não substitui nem reduz o seu caráter estratégico. O planejamento é, sim, um instrumento auxiliar imprescindível para se poder governar com resultados (QUEIROZ, 2013, s/p.).

Mais uma vez um pressuposto decisório na gestão, sobretudo no sucesso de uma política pública: planejamento, elemento esse imprescindível, o qual é estratégico na instauração de uma política pública, estando diretamente atrelada a tomada de decisão por parte dos propositores de uma política pública.

Ao enfatizarem essas acepções, percebe-se que os autores preocupam-se muito com as políticas públicas em relação ao seu planejamento, e ao trazer para o contexto da educação, no Brasil, a busca pela democratização da educação, visa a participação de todos os cidadãos de maneira incessante, ou seja, de uma forma que seja predominantemente efetiva.

Fatores como gestão, poder de governança e o próprio planejamento das políticas públicas bem estruturadas, são imprescindíveis para que haja o êxito pleno daquilo que venha a ser instituído.

Ainda nesta contextualização, o das políticas públicas, cabe destacar o seguinte aspecto:

Uma política pública envolve conteúdos, instrumentos e aspectos institucionais. Os conteúdos são os objetivos expressos nas políticas públicas. Os instrumentos são os meios para se alcançar os objetivos enunciados e os aspectos institucionais dizem respeito aos procedimentos institucionais necessários, incluindo modificações nas próprias instituições. Pode envolver, além dos órgãos públicos, as entidades governamentais e as empresas privadas (QUEIROZ, 2013, p. 96).

Através da proposta mencionada, fica evidente a questão inerente aos conteúdos, objetivos os quais sejam traçados, assim como a intencionalidade, faz-se referência aos procedimentos institucionais a serem adotados, independente de se tratar de uma instituição em âmbito público ou privado, para que uma política pública seja consistente.

Cabe salientar neste momento, às implicações metodológicas para o estudo de uma política pública. Enfatiza-se, portanto, o seguinte aspecto:

A confiança subjacente que estas definições têm de poder apreciar a contribuição dos atores, estruturas e ideias à policy-making também sugere algumas obrigações metodológicas que surgem quando se estuda este assunto. Elas ilustram, por exemplo, que esta é uma tarefa exigente, que não se limita apenas à busca dos registros oficiais da tomada de decisão governamental que se encontram nas leis, nos atos, nas regulamentações e nos relatórios oficiais. Embora estes documentos sejam fonte vital de informação, as políticas públicas vão além do registro da investigação formal e das decisões oficiais, para englobar o reino das decisões potenciais ou daquelas que não foram tomadas (Howlett 1986). A análise dessas decisões inclui necessariamente considerar os atores estatais e societários envolvidos nos processos de tomada de decisão e sua capacidade de influenciar e agir. As decisões político-administrativas não refletem tanto a vontade desimpedida dos tomadores de decisão governamentais quanto a evidência de como essa vontade interagiu com as restrições geradas pelos atores, estruturas e ideias presentes em determinada conjuntura política e social [...] (SHARKANKY, 1971, *Apud* HOWLETT; RAMESCH; PERL, 2013, p. 9).

Neste espaço, percebe-se o grau de importância desse processo metodológico, especialmente pelo fato de destacar quanto à relevância dos atores envolvidos, os políticos e governantes, no processo alusivo à tomada de decisões, bem como em relação à capacidade de agir e influenciar desses atores.

Salienta-se que não existe necessariamente a busca dos registros tidos como oficiais no processo de tomada de decisão governamental, o qual se situa nas leis, nos atos, nas sanções e nos relatórios oficiais.

Dessa forma, essas teorias colaboram para a sustentação deste trabalho, especialmente no momento em que são tratados os conceitos e entendimentos daquilo que uma política pública almeja para a sua execução, de tal forma que essa seja depreendida como eficaz eficiente e efetiva em sua plenitude, consolidada e aplicável de maneira operante.

3.1 O Programa Mais Educação como uma política pública de extensão do tempo de permanência dos alunos na escola

É necessário enfatizar que a educação escolar é o processo de educação realizado em um sistema escolar de ensino, pode esse ser desempenhado em institutos e demais estabelecimentos os quais sejam legitimados para executar essa proposta. A educação escolar tem uma relação com o advento das escolas e das políticas educacionais exercidas pelos Estados e pelo governo.

A concepção sobre educação escolar tem o seu surgimento a partir da ideia de distinção do processo de educação. Entretanto, isso não ocorre de forma institucionalizada. A diferenciação entre essas questões aparece por meio da percepção de que a escola é o ambiente de transmissão de uma cultura em questão, a qual é denominada cultura escolar.

Compreendendo melhor esta questão, destaca-se:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para *aprender*, para *ensinar*, para *aprender-e-ensinar*. Para *saber*, para *fazer*, para *ser* ou para *conviver*, todos os dias misturamos a vida com a educação (BRANDÃO, 1985, p. 7, *Apud* CARNEIRO, 2008, s/p.).

A partir dessa afirmativa é constatado que a educação transcende o espaço escolar, porque essa ocorre em distintos ambientes, casa, clube, escola ou até mesmo na universidade, ou seja, em diversos ambientes sociais.

A todo o instante, o sujeito inserido em sociedade desenvolve a capacidade e a potencialidade, através da educação, por meio daquilo que foi capturado por meio da sua aprendizagem.

Em razão dessas concepções, fica evidente a importância de uma proposta de educação em tempo integral instituída nas escolas, destinada às crianças e adolescentes, uma vez que através da prática de determinadas atividades, o discente posteriormente possa ser capaz de retribuir à sociedade aquilo que o mesmo usufruiu, através do retorno profissional.

Por exemplo, a prática de uma atividade de viés cultural (dança), exercendo no futuro uma profissão de caráter artístico ou apoio pedagógico, sendo capaz de no futuro ser um docente e até mesmo a prática desportiva, tornando-se um atleta futuramente.

Especificamente sobre o Programa Mais Educação, esse é tratado como uma política de viés contemporâneo, o qual se refere à educação em tempo integral. O Programa Mais Educação é um programa proveniente do governo federal, o qual foi criado como uma política de ação que tem como objetivo combater a pobreza. Ele procura abrandar a marginalização cultural bem como a exclusão social.

O referido programa foi:

Instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constituindo-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica (MEC, 2007).

Neste sentido, existe o propósito de promover ações relacionadas à educação em um contraturno escolar destinado aos discentes do ensino fundamental, prima-se pela defesa da ideia de que a ampliação do período e ambiente educacional provê a solução para os problemas existentes relativos à qualidade de ensino do país.

Portanto, é enfatizado que:

O referido programa é uma política de educação nacional que prevê a oferta de atividades sócio-educativas no contraturno escolar, apostando que a ampliação do tempo e dos espaços educativos possam ser a solução para os problemas da qualidade de ensino, bem como se apresentam como estratégia de combate à pobreza, à exclusão social e à marginalização cultural. “Parte constitutiva do PDE, o programa Mais Educação [...] objetiva a implementação de educação integral a partir da reunião dos projetos sociais desenvolvidos pelos ministérios envolvidos – inicialmente para estudantes do ensino fundamental nas escolas de baixo Ideb” (BRASIL, 2009d., p. 13, *Apud* ROSA, 2012, p. 1).

Esta ideia vai ao encontro daquilo que foi salientado no princípio deste estudo, o qual faz referência ao Programa Mais Educação, há a proposta de fomentação da educação em tempo integral destinada as crianças, adolescentes e jovens.

Neste contexto:

Esta portaria foi firmada entre os Ministérios da Educação (MEC), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Esporte (ME) e da Cultura (MINC) e fomentado pelos Programas Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) como mais uma ação para contribuir tanto com a diminuição das desigualdades educacionais, quanto com a valorização da diversidade cultural brasileira na luta contra a pobreza, a exclusão social e a marginalização cultural; apostando na ampliação do tempo e espaços educativos como solução para a problemática da qualidade de ensino (BRASIL, 2011, *Apud* ROSA, 2012, p. 2).

Conhecendo melhor este programa e os seus objetivos:

Criado em 2007, durante o segundo mandato do então presidente Luís Inácio *Lula* da Silva¹, por meio de uma Portaria Interministerial, embasada no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE², o Programa Mais Educação (PMEd) é um dos programas criados como política de ação contra pobreza, exclusão social e marginalização cultural. Prevê ações sócio-educativas no contraturno escolar para alunos do Ensino Fundamental (EF), defendendo a ideia de que a ampliação do tempo e espaços educativos seja solução para a problemática da qualidade de ensino. A área de atuação do programa, demarcada inicialmente para atender em caráter prioritário as escolas situadas em capitais e regiões metropolitanas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e onde os estudantes encontram-se em situação de vulnerabilidade social – segundo o Decreto nº. 7.083/2010 (BRASIL, 2010), iniciou em 2008 com a participação de 1.380 escolas e ao longo dos anos tem sido ampliada, segundo o portal do MEC (BRASIL, 2011), alcançando em 2010 cerca de 2,3 milhões de estudantes (BRASIL, 2010, BRASIL 2011, *Apud* ROSA, 2012, pp. 2-3).

A proposta de implantação do Programa Mais Educação é entendida como positiva, de acordo com os aspectos elencados, ou seja, a busca pela melhoria da

qualidade do ensino, ações contra a pobreza e a inserção do aluno por um maior período de tempo na escola.

O Programa Mais Educação tem como finalidade ainda:

O programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços sócio-culturais, de ações sócio-educativas no contraturno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia de proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmica de redes (BRASIL 2007, *Apud ROSA*, 2012, p. 4).

Fica nítida a atmosfera a qual envolve o Programa Mais Educação, além é claro da busca pela ampliação do período escolar, bem como dos espaços de âmbito educacional.

O Programa Mais Educação tem como proposta atingir um vasto campo, como o da educação, cultura, lazer, esporte e arte, e ainda, a democracia e a boa convivência entre os atores envolvidos neste contexto.

A educação para a cidadania é um dos objetivos da educação em tempo integral. Busca-se um ensino voltado à emancipação dos educandos o que contribui para fortalecer os processos de democratização. Além disso, no atual contexto, conforme Verza:

O processo de globalização sinaliza, entre outras coisas, que o exercício da cidadania ultrapassa os limites locais e nacionais. Por isso, os temas relativos à cidadania também se globalizam, inscrevendo-se na dinâmica da sociedade civil mundial, servindo ao alargamento da noção e sentido da cidadania. Assim, também, a construção de políticas locais pode ganhar alcance e sentido mundial. Globaliza-se a solidariedade, a cidadania, a cooperação e a participação (VERZA, 2000, p.14).

A educação em tempo integral busca a formação de um sujeito inserido no contexto social, por meio do exercício de seus direitos e deveres, incentiva-se sua participação efetiva, coopera-se dessa forma, com o processo de globalização da cidadania e de democratização do ensino aprendizagem.

É oportuno destacar que no decorrer da história da educação brasileira surgiram esforços para democratizar o acesso à educação, todavia, conforme Torres; O'Cadiz; Wong:

[...] apenas a partir da primeira grande guerra é que se dão os primeiros passos no sentido de estabelecer um sistema de educação pública. Durante este período o Brasil conheceu uma profunda mudança estrutural. A industrialização assente na substituição de importações, que teve lugar durante a primeira guerra mundial, incentivou a rápida urbanização da população do país, dando origem a uma forte classe média urbana e a um sector da classe trabalhadora em expansão, o que, por sua vez, fez aumentar a procura da escola. Esta mudança no tecido social trouxe consigo, igualmente, a criação de uma nova perspectiva pedagógica consentânea com o desenvolvimento da moderna sociedade brasileira (TORRES; O'CADIZ; WONG, 2002, p. 45).

Percebe-se a importância da educação neste cenário, à proporção em que há a crescente industrialização, o crescimento populacional e principalmente a expansão do trabalho, não somente em âmbito local, mas também em nível global, considera-se dessa forma, o papel imprescindível da educação naquilo que se refere à evolução da sociedade. Ademais, como afirma Moll:

Numa democracia, nenhuma obra supera a de educação. Haverá, talvez, outras aparentemente mais urgentes ou imediatas, mas estas mesmas pressupõem, se estivermos em uma democracia, a educação. Todas as demais funções do estado democrático pressupõem a educação. Somente esta não é consequência da democracia, mas a sua base, o seu fundamento, a condição mesma para a sua existência (TEIXEIRA, 2000, p.12, *Apud* MOLL, 2012, s/p.).

Nota-se a centralidade da educação, na dinâmica do exercício de cidadania dentro do contexto civil mundial, para que de tal forma existam cidadãos construtores de ideias e que sejam formadores de opiniões, aqueles os quais no futuro, por meio de suas concepções e posições, façam efetivamente a diferença no âmbito social, prezando em seus fins, pela plenitude da democracia, a qual seja realmente participativa. Estima a democratização da educação no Brasil.

A educação escolar além do compromisso inerente com a transmissão do conhecimento construído pelas gerações anteriores e presentes, também tem papel contínuo na humanização da sociedade. Neste sentido, apresenta-se como uma filosofia de vida, uma ideia daquilo que pode ser concebido como homem e sociedade, o cidadão ativo e participante.

De forma constante a concepção de sua classe ou da classe que representa é considerada quando se toma como base essa conceituação. A sociedade humana embora tenha como característica a busca pelo progresso, é contrária às novidades, aquelas as quais propiciem resultados em sua maioria positivos.

Há o confronto com as situações as quais demandem uma desarticulação ou uma nova instalação de propostas novas ao indivíduo, e cria resistência quanto à ideia de novidade.

Neste contexto, “o novo” realmente incomoda, o processo educacional, percebido como imprescindível, a fim de melhorar a qualidade do cidadão através da educação, embora seja concebido por muitos como um acarretador de incomodo.

Há a concepção de que uma das principais características do processo educacional é o fato de ser uma ferramenta que constroi e mantém a soberania, neste caso, a educação é percebida como um aparelho que reproduz as negatividades sociais.

Retoma-se o pensamento principal que é a concepção do Programa Mais Educação, esse utiliza as seguintes ferramentas:

[...] acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; Direitos Humanos e cidadania; cultura e artes; inclusão digital, comunicação e uso das mídias; promoção da saúde, alimentação e prevenção; investigação no campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica (BRASIL, 2009a). Para operacionalizar a elaboração de projetos pedagógicos para a educação integral, este material utiliza-se da estratégia das Mandalas como uma “estratégia possível de diálogo de saberes” (BRASIL, 2009a, p. 25), assim esses macrocampos se interligam com os ministérios parceiros, os saberes comunitários, os saberes escolares e as áreas de conhecimento formando a estrutura da mandala em cujo centro reside o objetivo da construção de um Projeto de Educação Integral. Os autores Silva, K. e Silva, J. (2010) ao analisarem *Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral* (BRASIL, 2009a) assinalam que “considera-se a Mandala como a representação de inúmeras possibilidades de trocas, diálogos e mediações entre a escola e a comunidade.” Ao final de seu trabalho, trazem à tona um questionamento “[...] é de se estranhar a carga „esotérica” presente na definição de um currículo para a escola pública, visando um esforço importante no sentido de desenvolver uma Educação Integral em Tempo Integral” (BRASIL, 2009a, p.25, *Apud* ROSA, 2012, p. 5).

Dessa forma, o respectivo programa é uma política recente voltada para a educação em período integral em esfera nacional, o qual se mantém até o contexto atual. Há a sua expansão já que “segundo o portal do MEC, em 2011 o programa conta com a adesão de aproximadamente, 15 mil escolas públicas”.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Programa Mais Educação visa à inserção do discente por um maior período dentro do estabelecimento de ensino, deve esse ficar inserido na escola no turno oposto ao de sua aula.

De tal modo que, os discentes participam de atividades em sua escola no turno oposto ao de suas atividades estudantis, como por exemplo, atividades de pinturas, a prática da capoeira, práticas desportivas, exercícios pedagógicos, entre outras atividades que venham a contribuir positivamente nos campos social, cultural, desportivo e pedagógico.

Nesse espaço de tempo, o discente teria a condição de ascender no desenvolvimento pertinente à sua capacitação técnica, bem como em relação ao âmbito social, através dessa inserção, por meio do Programa Mais Educação.

Entretanto, o discurso o qual é proposto, é distinto da práxis, uma vez que há o entendimento de que há uma vasta distância da ação enérgica, aquela a qual responda as questões consideradas urgentes, visa-se reforçar sistemas, propõem-se o crescimento da igualdade de oportunidades entre os cidadãos, de tal forma que exista a intensificação e a cooperação não somente em âmbito nacional, mas também em relação ao contexto internacional.

Em razão disso, propõem-se especificamente a discussão em âmbito nacional. Enfatiza-se o seguinte:

É comum ouvir-se a tese de que, no Brasil, a escola de tempo integral teve presença precária e restrita. Citam-se como exemplos comprobatórios dessa assertiva, o caso da Escola Parque, concebida por Anísio Teixeira e inaugurada em Salvador em 1950, o dos Ginásios Vocacionais de São Paulo, dos anos de 1960, e até o dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), instituídos no Rio de Janeiro, nas gestões do governador Leonel Brizola (1983/1986 e 1991/1994), entre outros. Essas experiências, de fato, foram truncadas ou descaracterizadas, via de regra, sob a alegação principal de que eram muito onerosas para os cofres públicos e, de qualquer modo, nunca fizeram parte das políticas gerais da educação brasileira. Mas essa não é toda a verdade. No Brasil, a classe dominante sempre teve escola de turno integral. Os colégios jesuíticos do período colonial eram de tempo integral e, na maioria das vezes, internatos; o mesmo pode-se dizer dos grandes colégios da República, dirigidos por ordens religiosas ou empresários laicos (MOLL, 2012, p. 94).

A partir dessa pressuposição, pode ser constatado um atraso na efetivação referente à implantação das escolas de turno integral. Tem-se como justificativa

inicial, não necessariamente o desejo de sua implementação, mas sim, o alto custo para a manutenção dessas, a onerosidade para mantê-las efetivamente.

No entanto, há a comprovação de que as escolas de excelência partiram da concepção referente ao modelo de escola de educação em turno integral, logo, trata-se da sua adoção, destaca-se que esse modelo teve como público usuário quase que em sua totalidade, a classe composta pela elite, aqueles os quais fizeram uso de uma educação considerada como a do mais alto padrão.

Dessa forma, após discorrer sobre esses acontecimentos, na continuação deste trabalho, a Avaliação do Programa Mais Educação na Escola Municipal de Ensino Fundamental República Argentina, serão apresentados os resultados e a partir disso, concluir-se-á se foi ou não benéfico à implementação dessa política pública.

4.1 Avaliação do Programa Mais Educação na Escola Municipal de Ensino Fundamental República Argentina

Nesta fase do trabalho, os resultados serão apresentados, toma-se como base a estruturação do questionário aplicado junto aos entrevistados em um contexto de observação por dimensões analíticas.

Questões alusivas à infraestrutura, recursos orçamentários, recursos humanos, alimentação e dimensão pedagógica serão apresentadas, com o propósito de apresentar a avaliação do Programa Mais Educação junto ao educandário pesquisado.

4.1.1 Infraestrutura Física/Recursos Orçamentários

Neste item serão expostas as questões referentes à infraestrutura e os recursos orçamentários. Tomam-se como diretrizes as entrevistas realizadas junto às pessoas que compõem a comunidade escolar, apresentando também as reflexões acerca daquilo que foi compreendido.

Por meio da observação estruturada e não participante juntamente com a realização de entrevistas, buscou-se identificar se o espaço físico disponibilizado pela EMEF República Argentina é adequado para o desenvolvimento das atividades pertinentes ao Programa Mais Educação.

Conforme entrevista realizada junto à Diretora da escola, Maria José:

“O único ponto, aspecto que nós enquanto escola e enquanto equipe da escola consideramos negativo é a questão da parte das dependências físicas. Nós não possuímos na verdade os espaços necessários, adequados, tanto que enquanto escola seria muito melhor poder concentrar todas as oficinas em funcionamento dentro da escola, sem que fosse necessário o deslocamento de alunos fora, porque nós utilizamos dois espaços fora da escola. Pra oficina Canto e Coral utilizamos um espaço da igreja que foi cedida, tendo o próprio oficinheiro, que trabalha conosco. Ele reside e trabalha nessa igreja. Então eles nos ofereceram esse espaço pra gente estar trabalhando de uma forma mais adequada com as crianças na oficina do Canto e Coral” (Entrevistado 1, 25/09/2015, grifo meu).

Verifica-se a importância da cedência do espaço físico, para a realização da oficina, uma vez que sem o empréstimo do espaço físico adequado, não seria possível a realização dessa atividade, tanto que a diretora ainda destaca o aspecto relativo ao espaço oferecido para a oficina de Dança.

“E a oficina de dança que também é uma atividade que exige um espaço melhor, adequado, onde os alunos possam desenvolver as atividades de uma forma correta, em um espaço necessário correto que nós utilizamos, o antigo ASEMA (Centro Social Urbano – Centro Comunitário), que hoje já não existe mais, um centro comunitário, onde antes funcionava, tinha o funcionamento de um ASEMA” (Entrevistado 1, 25/09/2015).

A diretora destaca que em função da falta desse espaço físico as crianças são expostas à distância, pelo fato de terem que se deslocar do educandário até esses locais para a execução das atividades. Ainda de acordo com a diretora seriam necessários espaços mais adequados, pois esse deslocamento também é um problema em dias de chuva.

Observa-se, entretanto, que muitos aspectos positivos foram ressaltados ao longo da entrevista realizada, junto à diretora Maria José, tais como: o envolvimento de um modo geral por parte da comunidade escolar, atingindo positivamente as famílias que tiveram os seus filhos inseridos no programa, benefícios na aprendizagem, bem como a alimentação que passou a ser oferecida aos alunos, a sua qualidade.

O aspecto negativo é inerente à infraestrutura, enfatiza-se o deslocamento que os alunos e oficinairos deveriam ter de fazer para dar andamento as atividades de Dança e de Canto e Coral, como proposto anteriormente.

É provável que se não fosse a contribuição dos responsáveis pelos espaços físicos cedidos, ou seja, senhor Aeromar responsável pela igreja onde funciona a oficina de Canto e Coral e o ASEMA, espaço cedido pela Prefeitura Municipal, local que funciona a oficina de Dança, essas atividades possivelmente não passariam apenas de um projeto não concretizado, algo que não seria capaz de funcionar efetivamente.

Nesta conjuntura, pode ser considerado como positivo, a edificação de um banheiro adaptado para pessoas cadeirantes, o qual foi construído visando à inserção do Programa Mais Educação, bem como a construção de rampas de acesso as salas de aula e demais espaços dentro do educandário.

Figura 1: Fotografia do banheiro adaptado para pessoas portadoras de necessidades especiais:



Figura 2: Fotografia da sala com rampa de acesso:



Fonte/Org: (SOUZA, Sócrates, 2015).

No momento em que a pergunta foi realizada à diretora, “se procedia ao fato de ter sido instalado esse banheiro em razão da implantação desse programa,” a mesma destacou o seguinte:

“Procede! Tanto pra atividade das oficinas, porque até então, nós nunca tivemos nenhum aluno que necessitasse desse banheiro adaptado, porém, tive, temos pai, tivemos já um pai de uma aluna nossa cadeirante que foi nosso aluno, dentro do Programa Escola Aberta, que é dentro do Mais Educação, faz parte, nosso aluno na oficina de informática que necessitava fazer uso do banheiro, então foi implantado também em função do programa” (Entrevistado 1, 25/09/2015).

A partir dessa colocação, constatou-se como relevante dentro do Programa Mais Educação, a instalação de um banheiro adaptado. Em relação à infraestrutura

da escola, ao menos nesse sentido, houve um pensamento que visou o bem estar e principalmente um melhor acesso por parte das pessoas, especialmente aquelas portadoras de algum tipo de necessidade especial.

Em relação à proposta referente aos recursos orçamentários, a diretora Maria José explicou o passo a passo de como é gerida a verba, destacou que essa verba é oriunda do governo federal, o que é possível constatar no relato abaixo:

“Eu sempre costumo citar que o Programa Mais Educação, foi um marco na história da nossa comunidade, da nossa escola. Existe uma linha, bem traçada entre o antes do Programa Mais Educação e o depois. Porque os recursos eram mínimos, a escola recebia somente uma verba do PDE, um valor bastante reduzido, apenas para alguma manutenção de material de expediente e pouca coisa além disso, algum material permanente mas bem restrito em relação a valor, porque era uma verba bem pequena e o Mais Educação trouxe um valor muito maior” (Entrevistado 1, 25/09/2015, grifo meu).

Percebe-se a partir dessa colocação, a relevância dessa política pública, pois a partir da implementação dessa política social, houve a inserção de uma verba maior. A diretora ainda salienta o seguinte:

“Foi um desafio porque é uma coisa nova a questão de administrar o valor maior de uma forma correta, sem utilizar um valor, digamos assim, do custeio, porque a verba é dividida em custeio e capital. Nos limitam um tanto, mas trouxe inúmeros benefícios, então existe bem claro o marco, isso não é só visto pelo olhar da administração da escola, minha como administradora, mas também como todos os que fazem parte da comunidade escolar e outras pessoas que até então, não fazem parte também. Porque deu um poder aquisitivo da escola e uma liberdade de poder adquirir coisas, recursos que a escola até então não tinha. Então assim, existe um marco, os benefícios foram muitos pra escola” (Entrevistado 1, 25/09/2015, grifo meu).

Algo a ser destacado, é que a verba visando à efetivação do Programa Mais Educação, entrou na conta do educandário no final do ano de 2012, a partir de sua aprovação no ano de 2011. Essa verba ingressou especificamente na conta bancária do educandário na data de 30 de Dezembro de 2012.

Questões inerentes à administração desses recursos podem ser elencadas como fatores importantes e positivos nesta conjuntura. Compreende-se que a equipe

diretiva teve êxito neste aspecto, houve por meio da instituição do programa os benefícios.

Ao entrevistar a professora Vera Cunha que é a coordenadora do Programa Mais Educação na escola pesquisada, essa apesar de enfatizar diversos fatores positivos inerentes ao programa, também salientou como uma negatividade a questão da infraestrutura.

Logo, a professora Vera Cunha relatou:

“Não temos um espaço físico adequado, a gente não tem. O que a gente sente que é o único na minha opinião, o único problema mesmo seria o espaço físico, que realmente a escola não tem, e nós vamos nos adequando conforme dá” (Entrevistado 2, 01/10/2015, grifo meu).

A coordenadora ainda enfatiza:

“E têm oficinas que funcionam fora da escola. Nós temos são quatro oficinas que a gente tem, que é a oficina de Dança, Capoeira, Coral e Apoio Pedagógico. O Apoio Pedagógico a gente ajeitou uma sala ali e dividiu com o almoxarifado da escola e deu pra se ajeitar. Aí temos a Dança que funciona no Centro Social, nas proximidades da escola e o Coral na igreja também, próxima da escola, e assim a gente vai indo, se ajeitando” (Entrevistado 2, 01/10/2015, grifo meu).

Por meio das colocações da coordenadora, entende-se a necessidade de deslocamento por parte das crianças para a execução de algumas atividades, como as oficinas de Canto e Coral e a Dança.

A coordenadora ressalta que:

“Também nós temos a necessidade de ter uma sala pro momento do intervalo do meio dia que a gente têm trinta crianças que ficam no intervalo, ficam direto, não retornam pra casa, só vão retornar as quatro da tarde, os que ficam na aula à tarde retornam as cinco. Não temos esse espaço adequado, usamos salas de aula depois que os alunos desocupam ao meio-dia. E assim, a gente vai procurando se ajeitar da melhor maneira possível” (Entrevistado 2, 01/10/2015, grifo meu).

Conforme a entrevistada havia seis oficinas ofertadas, entretanto, reduziu-se para quatro oficinas. Depreende-se que isso naturalmente ocorreu pelo fator estrutural do educandário, a sua falta de espaço físico.

Por fim, quando perguntado à entrevistada sobre algum aspecto negativo, algo que ela desejasse elencar sobre o Programa Mais Educação, ela reiterou a questão pertinente à infraestrutura.

“Olha, eu pra mim, no meu ponto de vista negativo que eu sempre falei, inclusive até nas reuniões na prefeitura eles sabem que eu sempre coloquei, única, pra mim, na minha opinião, é o espaço físico só, o resto pra mim não tem problema. Aonde nós tivesse uma ampliação na escola que fosse ampliado uma quadra com cobertura, uma cobertura na quadra, uma sala grande com descanso deles ao meio-dia e uma outra sala pras oficinas, no mínimo uma. Mas o adequado seria umas três salas a mais, pra funcionar adequadamente. Eu pra mim é o espaço físico, o resto não tenho o que dizer” (Entrevistado 2, 01/10/2015, grifo meu).

Um fator relevante, é que a coordenadora Vera Cunha destacou a importância de se ter uma quadra coberta, uma vez que ao visualizar o espaço físico, percebe-se que em dias de evento e também de chuva, o saguão da escola é de certa forma insuficiente para comportar a comunidade escolar.

Figura 3: Fotografia da quadra poliesportiva do educandário:



Fonte/Org: (SOUZA, Sócrates, 2015).

Sala ou salas para comportar o descanso das crianças também foi elencada como uma problemática, pois o espaço é pequeno e eles ficam amontoados.

Quanto aos recursos orçamentários, a coordenadora ressalta o seguinte:

“As verbas devem ser aplicadas na aquisição de algum material, por exemplo, de forma separada, caso contrário tem que ser feita uma observação, justificativa plausível, e passar pelo aceite da Prefeitura Municipal.” (Entrevistado 2, 01/10/2015).

Os gestores da escola são extremamente transparentes em relação aos processos executados.

Segundo a coordenadora do Programa Mais Educação, a forma como é recebida a verba, é por meio do governo federal indo para o MEC a quantia prevista, sendo depositada na conta bancária da escola, devendo a escola após o seu saque gerir como é solicitado esse recurso. Os responsáveis pela administração desses recursos são a escola e o círculo de pais e mestres do educandário.

A coordenadora salientou que em relação à verba, deve haver a tentativa de zerá-la ou pelo menos deixar pouco em caixa, pois caso sobre muito, ou seja, não haja o emprego da mesma, pode não vir um novo repasse de verba ou ainda vir um repasse menor.

Conforme a coordenadora:

“A Prefeitura Municipal não contribui com uma verba para a manutenção do programa, apenas presta auxílio quando é necessário algum tipo de reparo nas dependências do educandário, ingressando com o apoio na parte de repasse de alimentos e a própria manutenção nas dependências do estabelecimento de ensino, os ajustes na infraestrutura, cedendo funcionários para esses fins” (Entrevistado 2, 01/10/2015, grifo meu).

A entrevistada enfatiza que *“a Escola República Argentina é um modelo no que diz respeito ao Programa Mais Educação, pois as outras gestoras sempre perguntam como a escola consegue gerir esse programa, ou seja, mostrando a eficiência dos gestores do educandário neste espaço”* (Entrevistado 2, 01/10/2015, grifo meu).

A orientadora educacional Rosa Mendes pontua questões positivas inerentes ao Programa Mais Educação, enfatiza aspectos relacionados à preparação dos envolvidos no programa e a questão ensino-aprendizagem dos discentes.

Entretanto, quando se pergunta sobre algum aspecto negativo, faz referência à infraestrutura do educandário.

A orientadora educacional enfatiza:

“É como eu te disse, o negativo Sócrates que eu percebo, é justamente isso, a falta de estrutura dentro da nossa escola, porque se acontece dessa forma, com a

falta de espaço dentro da nossa escola, e ainda dá resultado positivo, tu imagina se nós tivéssemos um espaço mais adequado pra poder por exemplo, desenvolver a dança, que precisa de uma sala própria pra isso aí, como é que tu vai colocar a dança aqui e por exemplo, com salas de aula, não tem, vai perturbar. O canto muitas vezes é colocado no pátio da escola, verão quente, não temos sombra suficiente” (Entrevistado 3, 02/10/2015, grifo meu).

Basicamente, as críticas visam uma ampliação das instalações, para que dessa forma, as oficinas sejam desenvolvidas de uma maneira melhor e para que conseqüentemente, o público atendido, os alunos, possa fazer um melhor aproveitamento das atividades realizadas dentro do estabelecimento de ensino.

Mesmo com essa carência de espaço, há um efeito positivo para as crianças, fica nítido na entrevista realizada com a orientadora educacional esse fator. São relevantes as atividades exercidas.

A professora Maria Paula, outra entrevistada, enfatizou que *“no início da instituição do Programa Mais Educação, a escola não estava adequada para receber as crianças no turno inverso ao das aulas, para a realização das oficinas”* (Entrevistado 4, 02/10/2015).

Com base nisso, as próprias oficinas foram escolhidas de acordo com a realidade do educandário, visava-se uma melhor adequação, e evidentemente, comportar da melhor maneira possível às crianças participantes desse programa.

Quanto à infraestrutura, a professora Maria Paula destaca:

“Algumas dificuldades em relação à infraestrutura, porque as nossas salas assim, as salas de aula, as demais, os demais setores são todos ocupados e aí o que a gente fez? Começamos então a nos adequar. Ocupar espaços assim, uma sala pra duas, três, por exemplo, biblioteca, tem informática, tem biblioteca, funcionou também ali a oficina de Dança, principalmente nos dias de chuva” (Entrevistado 4, 02/10/2015, grifo meu).

A adequação é algo importante neste contexto, há a busca pela melhor utilização dos espaços físicos.

A professora enfatiza que:

“Sala de Apoio Pedagógico que nós não tínhamos. Iniciamos antes assim, em um lugar bem pequeno, agora a gente adequou uma sala, dividimos uma sala ao meio e fizemos uma sala assim pro apoio e também pra gente colocar os armários e coisa assim com roupas e coisas assim que a gente precisa, porque a escola além

do *Mais Educação*, tem a *Escola Aberta* que funciona a banda, balizete, futsal. Então tudo isso aí, é coisa que gera, que precisa de espaço pra gente guardar os materiais de banda, roupas e entre outros” (Entrevistado 4, 02/10/2015).

Dessa forma, o estabelecimento de ensino buscou adequar-se conforme a sua realidade, inclusive realizou algumas modificações, como destacado pela professora entrevistada, o que resultou em uma melhor e maior utilização de seus espaços físicos.

Evidentemente, percebemos que a maior problemática enfrentada pela escola, é justamente o ponto referente à infraestrutura, no entanto por meio das adequações efetivadas, o educandário foi capaz de dar continuidade ao programa, não sendo um fator de impedimento.

Em relação aos recursos orçamentários, a entrevistada concedeu uma explicação bastante minuciosa de como ela é recebida e de como é gerenciada pelo educandário.

A entrevistada destaca que:

“Essa verba quando é repassada pra escola, pelo MEC, ela tem um percentual X pra capital e um percentual X pro custeio, onde a gente destina pagamento pros oficineiros do programa e a compra de materiais necessários pra cada oficina. Por exemplo, vamos dizer a oficina de Dança tu tem que, a gente faz não só a Dança em si, pelo profissional que vem desempenhar esse papel” (Entrevistado 4, 02/10/2015, grifo meu).

A entrevistada salienta que apresentações são realizadas, a escola participa de vários eventos, alguns oriundos da Prefeitura Municipal e de outros particulares, há apresentações de final de ano, que tem como público principal a comunidade escolar, mas também o público externo.

Conforme a entrevistada todas as oficinas vão ao encontro daquilo que o discente da escola necessita, uma vez que a maioria dessas crianças não têm condições de ir para fora da escola, frequentar, participar de algo diferente, portanto no educandário é oferecido e eles apreciam.

A entrevistada fala que as crianças mostram o empenho e a dedicação necessária. Elas chegam ao horário das atividades.

Maria Paula destaca que:

“O aluno do turno da tarde oito e meia ele tem que tá aqui pro café, ele já chega assim feliz da vida que vai passar o dia. Entende, a gente foi adequando a

escola assim. No início a gente não tinha um ar condicionado, um só numa sala que foi adquirido com a verba do Programa Escola Aberta. Foi o primeiro ar que a gente adquiriu e aí depois já primeiro ano que veio a verba, primeira coisa que a gente pensou foi essa questão deles ficarem meio-dia” (Entrevistado 4, 02/10/2015, grifo meu).

A aquisição de materiais para a escola são aspectos positivos. A entrevistada ainda salienta questões relativas ao espaço das salas:

“Calor bastante, tinha que ficar em salas de aula, porque tinha que dividir menino numa sala e meninas, meninas noutra. O calor assim, liga o ventilador é cruel aí o que a gente fez? Adquirimos ar condicionados pras salas, aí já melhorou. Aí logo em seguida veio um repasse do MEC com ar, mais ar condicionado, aí a gente foi organizando todas as salas no caso” (Entrevistado 4, 02/10/2015, grifo meu).

A partir do recebimento dessa verba, destinada ao Programa Mais Educação, a escola e sua equipe gestora tiveram essa visão que foi um diferencial, emprega-se os recursos em segmentos cruciais, ou seja, em materiais que faziam falta e que melhoraram a permanência das crianças dentro da escola, tem-se como exemplo ressaltado os condicionadores de ar que proporcionaram uma melhor comodidade para as crianças e demais envolvidos no programa.

A professora, também explicou como é utilizada a verba para o pagamento dos oficineiros, sendo que *“15h semanais de trabalho (cinco turnos), equivale à quantia máxima de R\$400,00 (ex: três manhãs e duas tardes). Já 9h semanais de trabalho (três turnos), equivale a quantia de R\$240,00. O valor máximo portanto, que pode ser pago, é o equivalente a R\$400,00, nada mais do que isso*” (Entrevistado 4, 02/10/2015).

Por fim, a docente em sua análise, entende que os pontos adversos nesta conjuntura, são a infraestrutura, o espaço físico limitado, e a interrupção da verba, o que acarretou na paralisação do Programa Mais Educação.

Ao entrevistar uma mãe, que têm três filhos matriculados no educandário, a senhora Fernanda Prates que também é a presidenta do Circulo de Pais e Mestres da escola, essa destacou que *“em sua maioria o Programa Mais Educação é positivo, entretanto a falta da verba, a interrupção dela, é um agravante*” (Entrevistado 15, 20/11/2015).

Logo, compreendemos que a interrupção da verba para a manutenção do Programa Mais Educação foi negativa, uma vez que esse fator atingiu as famílias e crianças inseridas nesse programa, pois havia um quadro evolutivo no campo pedagógico inerente aos alunos, o que será discutido posteriormente.

A secretária de escola, a senhora Carla Renata, salientou questões de caráter técnico, referentes ao funcionamento do Programa Mais Educação na EMEF República Argentina, bem como a contrapartida recebida pelo educandário.

Carla Renata enfatiza que:

“A verba era dividida entre os valores da ajuda de custo dos oficineiros, que era dividido em 10 meses onde funcionavam 4 oficinas e cada oficina recebia 400,00 por mês para 5 turnos. Cada oficineiro no caso. Basicamente era isso. Se a oficina funcionasse menos vezes, era calculado o equivalente. Além desse valor citado, havia uma quantia para compra de bens materiais permanentes e outra quantia para material de expediente e equipamentos dentro de cada oficina” (Entrevistado 7, 15/10/2015).

Figura 4: Fotografia do recibo de pagamento aos oficineiros:



Fonte/Org: (SOUZA, Sócrates, 2015).

Questões como as matrículas dos alunos, o controle de docentes vinculados ao educandário e os oficinairos que compõem o Programa Mais Educação foram também elencadas por ela.

Em síntese, ela conclui que o Programa Mais Educação têm mais aspectos positivos em relação aos negativos, todavia *“sofre muito com o barulho das oficinas, Capoeira, Canto e Coral e Dança, porque as atividades são desenvolvidas ao lado da janela da secretaria da escola”* (Entrevistado 7, 15/10/2015).

Ou seja, mais uma vez nos reportamos ao fator inerente à infraestrutura, o espaço físico ofertado pela escola para o desenvolvimento das atividades oferecidas, Apoio Pedagógico, Canto e Coral, Capoeira e Dança.

O oficinairo João Carlos, outro ator envolvido nesta perspectiva que é o Programa Mais Educação, argumenta que:

“A gente vê também uma questão bem grande que é a infraestrutura. Por exemplo, a gente trabalha dança, mas a gente não tem a sala de dança. Então a gente precisaria da sala de dança, só que aí, a verba que vem é pra manter o projeto pra pagar o oficinairo que no caso sou eu, e pra no caso alimentação dessas crianças e mais alguma despesa. No âmbito da escola de manutenção, de ter que comprar alguma coisa pra manter essa oficina funcionando, mas não é uma verba, é uma verba que dá pra construir uma sala de dança, por exemplo, ou investir mais ainda” (Entrevistado 5, 05/10/2015, grifo meu).

O oficinairo critica o aspecto pertinente à infraestrutura, que na sua concepção é insuficiente, bem como a verba, a qual entende que seja apenas suficiente, ressalta ainda:

“Então a gente vê isso, que não faz com que o programa, ele evolua mais, que ele fique ali naquela estática. Ele não tem aquele progresso, ele fica só na estática e não atende a tantas pessoas no caso, porque a gente vê, é um projeto bacana, legal, que tem um resultado bom nessas crianças, mas que não é pra toda escola. Ele se restringe a um número X, então não acaba indo além disso” (Entrevistado 5, 05/10/2015, grifo meu).

O entrevistado aborda o tema com muita convicção, possui o conhecimento técnico e prático em relação à atividade desenvolvida por ele, no entanto realiza a crítica referente à infraestrutura, a falta de um espaço físico que comporte de uma maneira mais adequada às crianças que participam dessa atividade.

Quanto à verba, o entrevistado observa que ela é suficiente apenas, para efetivar o pagamento dos oficineiros, visando à manutenção das oficinas que são ofertadas, entende-se, entretanto, que poderia haver um investimento maior, estimando-se a potencialização dessas atividades.

O entrevistado compreende que o programa contempla apenas um grupo de alunos, ficando dessa forma estático, não há o crescimento estimado em seus fins, todavia salienta que é um programa positivo para a comunidade escolar em termos gerais.

Portanto, ao analisarmos os discursos, por meio das entrevistas realizadas, percebemos de forma muito nítida a crítica em relação ao tema “infraestrutura”, percebe-se que a escola buscou uma adequação para o funcionamento efetivo das oficinas, mas que mesmo assim ainda sofre pela limitação de espaço físico.

As questões positivas a serem destacadas, quanto a este segmento, é que a Prefeitura Municipal oferece o aporte necessário ao educandário. Oferece a mão de obra especializada para a realização de manutenções que sejam necessárias dentro do estabelecimento de ensino.

A construção do banheiro adaptado para as pessoas cadeirantes também é um ponto positivo, pois faz com que o acesso seja melhor, há a inclusão desses sujeitos a um espaço que anteriormente era limitado.

Quanto à verba recebida e que é destinada para uso no Programa Mais Educação, existe uma administração muito transparente, é muito bem gerenciada essa quantia pela escola, uma vez que enquanto as atividades continuaram neste estabelecimento de ensino, em outras ocorreu uma paralisação por falta de recursos orçamentários, pelo fato de ter sido toda ela empregada.

A queixa é em relação à falta de verba para continuidade do programa, mesmo com uma boa administração e gerência transparente desses recursos, no presente momento a escola está com as atividades suspensas, aguardando o recebimento de uma nova verba por parte do governo federal.

Segundo o supervisor do turno da manhã, Antônio Carlos, *“neste ano, 2015, o Programa Mais Educação funcionou até a 1º ou 2º semana do mês de Agosto de 2015. Nos meses de Setembro e Outubro não funcionou em razão da falta de verba”* (Entrevistado 6, 15/10/2015).

A professora Nara Aquino, lotada pela SMED e uma das pessoas responsáveis pelo suporte às escolas referente ao Programa Mais Educação, abordou questões mais técnicas sobre o funcionamento do respectivo programa.

Primeiro, ela enfatizou que a SMED é a responsável pelo suporte dado aos educandários, explicou como é feito o cadastro desses estabelecimentos de ensino junto ao programa, disse que *“o cadastro é feito através do PDE interativo. Antes era feito por meio do Simec”* (Entrevistado 13, 26/10/2015).

Além disso, a professora Nara ressaltou pontos relativos aos segmentos que são discutidos e que são parte do nosso estudo, entre eles as questões relacionadas à infraestrutura.

No momento em que se perguntou a ela, *“se existia alguma perspectiva de melhoramento em relação à infraestrutura mesmo que paulatinamente”*, a entrevistada considerou o seguinte:

“Sim. Como todos os programas e tudo que mexe com o movimento de alunos dentro da escola, acontece essa dificuldade em relação ao espaço físico, até porque as escolas vêm trabalhando com esta questão e pra se ampliar, pra se construir, tem toda uma burocracia. Envolve também recurso financeiro que tem que ser orçado, do ano anterior dentro da(s) prefeitura(s), mas aos poucos esses problemas estão sendo solucionados” (Entrevistado 13, 26/10/2015, grifo meu).

Constata-se, portanto, que as dificuldades são existentes em alguns sentidos como enfatizou a entrevistada, especialmente no que se refere à infraestrutura, a mesma também salientou o aspecto inerente ao planejamento orçamentário, o qual deve ser executado anualmente pelo órgão mantenedor que é a Prefeitura Municipal.

Entretanto, há a concepção de que com muito empenho, determinação, sobretudo por meio dos recursos orçamentários que sejam recebidos posteriormente, o Programa Mais Educação terá a sua manutenção efetivada da melhor maneira possível dentro dos estabelecimentos de ensino da rede municipal, tanto que de acordo com a entrevistada existe a seguinte perspectiva:

“O objetivo principal do Programa Mais Educação é torna-se em algum momento a Escola de Turno Integral. O Programa Mais Educação funciona atualmente nas onze escolas da zona urbana e em seis escolas da zona rural. Apenas duas escolas não recebem o Programa Mais Educação, Escola Municipal de Ensino Fundamental Liberato Salzano Vieira da Cunha e Escola Municipal de Ensino”

Fundamental Bom Sucesso, escolas essas da Zona Rural” (Entrevistado 13, 26/10/2015, grifo meu).

Complementando essa informação, à coordenadora Vera Cunha ressalta:

“A estimativa é de que até o ano de 2022 seja implantada a Escola de Turno Integral nas escolas” (Entrevistado 2, 01/10/2015).

Ao entrevistar os agentes envolvidos neste processo, compreende-se a necessidade de se fazer um paralelo com o tema políticas públicas, pois são ciclos que devem ser seguidos e obedecidos, uma vez que “os ciclos de políticas públicas têm grande utilidade: ajuda a organizar as ideias, faz que a complexidade de uma política pública seja simplificada e ajuda políticos, administradores e pesquisadores a criar um referencial comparativo para casos heterogêneos” (SECCHI, 2012, p. 34).

A partir dessa concepção, fica evidente a relevância de uma política pública muito bem pensada e organizada. Com base nisso “Um problema nem sempre é reflexo da deterioração de uma situação de determinado contexto, mas sim da melhora da situação em outro contexto” (SECCHI, 2012, p.34).

Complementando essa colocação, existe sim uma carência no espaço o qual se realizou a pesquisa, entretanto, o que deve ficar muito claro, é que a política pública instituída veio exatamente, para potencializar a região, a fim de contribuir com a população que compõe esse contexto e finalmente, efetivar uma melhoria das crianças inseridas no educandário objeto de estudo. Busca-se a resolução de tal problemática, a partir de sua identificação.

Dessa forma, trata-se de um trabalho que deve ter a sua continuidade realizada, para que de alguma forma, mesmo que em longo prazo, atinja os resultados estimados, visando em seus fins à inserção em todos os educandários e especialmente, o seu pleno funcionamento, provido da qualidade desejada.

A diretora enfatiza algo muito relevante antes da implantação do programa: “a escola já deveria estar preparada neste sentido, ou seja, no espaço físico e estrutura das instalações para comportar as demandas exigidas” (Entrevistado 1, 25/09/2015).

Ao observar a fala proferida pela diretora, constata-se por meio dessa abordagem e através das demais entrevistas realizadas, que o estabelecimento de ensino não está plenamente preparado nessa temática, infraestrutura, necessita de ampliações, a fim de que haja uma melhor estada em relação aos envolvidos no Programa Mais Educação, visando o seu melhor funcionamento.

Assim, esta é a análise do contexto atual, baseando-se nas entrevistas realizadas, observa-se tudo àquilo que foi proposto neste segmento, ressalta-se que para o próximo segmento, recursos humanos e alimentação, serão apresentadas mais informações, com o propósito de verificar se a avaliação foi positiva ou não na EMEF República Argentina.

4.1.2 Recursos Humanos/Alimentação

Nesta fase do trabalho, assuntos referentes aos recursos humanos e alimentação ofertada aos discentes serão discutidos, apresentando questões abordadas nas entrevistas realizadas junto aos atores envolvidos no Programa Mais Educação, tem-se como perspectiva principal, apresentar o entendimento a respeito desse assunto.

A diretora do estabelecimento de ensino em um primeiro momento salienta que quanto à preparação da escola, essa está:

“A escola no contexto geral, tanto em relação à equipe diretiva, professores, funcionários, pais e conseqüentemente os alunos que são os diretamente envolvidos, estão preparados de uma forma bem positiva, em relação ao funcionamento do programa” (Entrevistado 1, 25/09/2015, grifo meu).

A entrevistada na sequência relata os motivos para tanto.

“Primeiramente por que traz bastantes benefícios, inicia contemplando as famílias que muitas vezes não tem onde deixarem os filhos, trabalham, não tem quem cuide, não tem como pagar alguém, então o primeiro benefício vem a ser esse pra família. Segundo benefício é a questão da própria alimentação que também por serem provenientes a grande maioria de famílias de baixa renda, a questão da alimentação que a escola consegue oferecer, dentro do programa, é uma alimentação bem completa. São servidas, a partir do momento que iniciou a funcionar o programa, passou a ser servidas três refeições para os alunos que fazem parte” (Entrevistado 1, 25/09/2015, grifo meu).

Ao verificar o discurso da entrevistada, percebe-se o engajamento da equipe como um todo. Esse é um fator positivo, pois há uma concepção de que as pessoas estão preparadas para o recebimento do Programa Mais Educação, nesse caso a sua adesão no educandário, trata-se da qualidade inerente aos recursos humanos, a sua equipe de trabalho.

A diretora enfatiza que o andamento do programa é positivo, salienta o quesito alimentação. É ressaltado que a criança inserida no Programa Mais Educação, alimenta-se três vezes por dia, algo que na realidade não é comum a todos os discentes dessa escola, em seus lares, considerando-se a escala social na qual estão inseridos. A alimentação servida é prescrita e supervisionada por uma nutricionista da Prefeitura Municipal.

Quanto à maneira como são servidos os alimentos, a entrevistada aludiu que:

“São preparados ao longo do dia para os alunos que pertencem às atividades do Programa Mais Educação três refeições, porque ao chegar é servido o café. Ao meio-dia servido o almoço e à tarde servido o lanche pra os que estão nas oficinas. Concomitante, tem também a questão da alimentação escolar referente à merenda normal da sala de aula que também é servida” (Entrevistado 1, 25/09/2015, grifo meu).

Quanto à demanda de trabalho e a composição da cozinha da escola, a diretora salienta:

“Então ele aumentou a questão do trabalho. São duas cozinheiras, que trabalham praticamente desde o horário que chegam até o momento de irem embora, porque quando não era preparação dos alimentos, o envolvimento era a questão da limpeza em si da cozinha, pra arejar, e muita coisa também, elas em função do próprio tempo se pré-organizam de um dia para o outro, alguma coisa já deixam meio pré-organizados pra chegarem no outro dia e continuarem dando andamento” (Entrevistado 1, 25/09/2015, grifo meu).

Figura 5: Fotografia da cozinha da escola, onde são preparados os alimentos:



Fonte/Org: (SOUZA, Sócrates, 2015).

Percebe-se neste contexto, a relevância dos recursos humanos, porque as duas pessoas encarregadas pela preparação dos alimentos, as cozinheiras, além de ter a atenção necessária na preparação da comida, a qual deve ser de qualidade, também devem manter o ambiente higienizado, apto efetivamente para a confecção dos alimentos.

Segundo a entrevistada, as pessoas que compõem o Programa Mais Educação, usufruem da alimentação ofertada por meio dessa política social. Logo, a entrevistada destaca que:

“Todos os envolvidos com os alunos tem o direito a receberem essa alimentação porque permanecem no momento do descanso do recesso ao meio-dia. Permanecem os alunos que ficam na escola que não são todos, deveriam ser todos, a ficarem. Como a escola não possui o espaço físico apropriado pra que os alunos sejam acomodados de uma forma confortável de ficarem pra retomar as atividades da aula regular ou então das oficinas no horário da tarde, então eles são cuidados pelos monitores, oficineiros. Então as pessoas envolvidas com eles têm o direito a fazerem a refeição com eles” (Entrevistado 1, 25/09/2015, grifo meu).

Verifica-se que as pessoas envolvidas no Programa Mais Educação ficam de forma ininterrupta nas dependências da escola, oferecendo o suporte necessário, tendo como exceção os alunos que compõem o programa, não ficando todos por causa da falta de espaço físico para comportá-los.

Referente à alimentação e ao quadro de recursos humanos, relacionados ao Programa Mais Educação, a coordenadora Vera Cunha destaca que:

“A alimentação é maravilhosa. Se deu algum probleminha a gente procurou os responsáveis pela merenda, conversou, aí tudo se resolve. A alimentação é maravilhosa, não falta. É fornecido pelo município, muito bom, são bem alimentados, as crianças adoram a merenda, são bem cuidados pelos monitores, por pessoas disponível pela escola, monitor da escola. Que antes tinha monitor do Mais Educação, agora não temos. Agora é o monitor da escola que nos ajuda quando pode” (Entrevistado 2, 01/10/2015, grifo meu).

A Coordenadora ainda ressalta que há um cronograma organizado:

“Temos um cronograma pra ficar meio-dia porque as crianças não podem ficar sozinhos. Têm duas sala, fica uma sala com os meninos e outra sala com as meninas. E aí são as pessoas da escola disponível que ficam direto, que nos ajudam” (Entrevistado 2, 01/10/2015, grifo meu).

A entrevistada salienta que a alimentação oferecida às crianças é muito boa e a equipe envolvida contribui muito para o exercício dessa política social dentro do estabelecimento de ensino, sendo esse fator positivo.

Quando há algum problema relacionado à alimentação, os agentes envolvidos dialogam com a Prefeitura Municipal que são os responsáveis pelo abastecimento da merenda, sendo resolvidas essas questões sem maiores problemas.

Em relação aos recursos humanos, não há necessariamente uma crítica, apenas uma constatação, que seria interessante que mais pessoas estivessem inseridas no Programa Mais Educação, além é claro da equipe diretiva, coordenação e oficinairos, com o propósito de auxiliar nas demandas necessárias.

No horário do almoço, há um cronograma feito, porque os agentes envolvidos se revezam no que diz respeito aos cuidados em relação às crianças que permanecem nesse período dentro da escola. Foi constatado que se tivessem mais agentes inseridos no programa, esse cronograma e consequentemente a estada deles no horário do almoço, poderia ser um pouco mais folgada.

Conforme a coordenadora Vera Cunha, *“o recrutamento dos oficinairos é feito pela coordenação do Programa Mais Educação na escola, e pela equipe diretiva da instituição de ensino. São quatro oficinas, havendo um oficinairo responsável por atividade ministrada”* (Entrevistado 2, 01/10/2015).

Neste sentido, a proposta de Escola de Tempo Integral visa "promover a permanência do educando na escola, assistindo-o integralmente em suas necessidades básicas e educacionais, reforçando o aproveitamento escolar, a auto-estima e o sentido de pertencimento" (SÃO PAULO, 2005, p. 1, *Apud* GALIAN; SAMPAIO, 2012, p. 413).

Compreende-se por necessidades básicas, a alimentação oferecida aos discentes e à própria questão pedagógica, ensino-aprendizagem das crianças, algo que será abordado posteriormente. Em relação ao grupo de pessoas inseridas, essas devem ser suficientes para manutenção do programa, sobretudo para o bom andamento da política social.

Pertinente ao tema alimentação, a senhora Mara Regina que é a monitora da escola, salienta os seguintes aspectos quando perguntado a ela sobre a qualidade da alimentação e se essa era positiva na sua concepção:

“Positiva! Elas na chegada recebem o café. Aí no passar das atividades recebem o almoço. Aí depois tem aquela parte do descanso. Então elas descansam

e a uma hora da tarde as oficinas novamente. Osicineiros começam, aí aquele rodízio nas oficinas porque nós temos quatroicineiros no momento. A diretora quer adotar outra agora. Quer adotar ano que vem porque esse ano ela já gostaria de ter feito isso, mas acabou, foi interrompida. Seria a oficina de Educação Ambiental, muito importante. E daí na saída eles têm outro lanche e eles podem repetir, saem satisfeitos. O lanche é dado as três e meia” (Entrevistado 12, 23/10/2015, grifo meu).

Informações relevantes quanto ao funcionamento do Programa Mais Educação são abordadas pela monitora do educandário. Por exemplo, a entrevistada especificou os horários em que são servidas as refeições, detalhadamente, falou sobre o funcionamento das oficinas e voltou à atenção para uma questão discutida no segmento anterior.

Trata-se da interrupção da verba, o que foi um impedimento para a adoção de uma nova oficina, que seria relacionada ao meio ambiente, podendo ser adicionada quando retornar o programa.

Por fim, a entrevistada ressalta que as crianças conseguem descansar bem e que saem satisfeitas da escola, especificamente quanto à alimentação que é oferecida, uma vez que essas tomam café da manhã, almoçam, e fazem um último lanche no final das atividades, podem até repetir.

O senhor Bruno Fonseca, pai de uma aluna matriculada na escola e que também compõe o Programa Mais Educação, destacou que considera muito boa a alimentação ofertada pelo educandário e inclusive salientou que planta e que quando é possível contribui com algo para escola, doa verduras por exemplo.

“Eu pego, mando umas coisinhas pra fazer a sopinha pra eles. A gente não têm condições de mandar muita coisa, mas alguma coisa a gente ajuda né” (Entrevistado 14, 20/11/2015).

Essa colocação faz com que entendamos que a comunidade escolar está unida em prol do programa. À medida do possível as pessoas contribuem como podem, a exemplo do entrevistado, o senhor Bruno Fonseca.

A orientadora educacional ressalta:

“A merenda deles é super boa, é bem feita, é bem elaborada. Com coisas que talvez eles não tenham em casa que a maioria não têm condições .Fazem três refeições durante o dia. Aqui é oferecido o café da manhã, o almoço e o lanche da tarde. Então é feita com qualidade, eles têm frutas, muda todo o hábito. Tem salada, e tinha criança que não comia salada, hoje eles adoram salada, então mudou o

hábito da alimentação. Então assim são coisas bacana, boa que tão acontecendo” (Entrevistado 3, 02/10/2015, grifo meu).

A entrevistada reitera a qualidade da alimentação, sobretudo a satisfação das crianças ao usufruírem dos alimentos disponibilizados por meio do Programa Mais Educação. Dá uma conotação especial aos hábitos saudáveis adquiridos por essas crianças, ao ingerirem frutas e saladas.

A professora Rosana Mendes destaca que muitas dessas crianças não tinham como usufruírem desses alimentos, destaca ainda a higiene, a forma como os alimentos são preparados pelas responsáveis pela cozinha, valoriza o quadro de recursos humanos, a qualidade desses servidores.

Ao entrevistar uma das crianças que compõe o Programa Mais Educação, a aluna Viviane Gomes que é discente do quinto ano, perguntou-se a ela se a merenda era boa. A aluna foi bastante objetiva, respondeu que “*sim*” (Entrevistado 10, 16/10/2015).

O entrevistado Antônio Carlos, supervisor do turno da manhã, enfatizou aspectos positivos em relação à alimentação e algumas percepções negativas quanto aos recursos humanos, aludindo o seguinte:

“Com relação às melhorias, exemplo: alimentação. Podemos citar como te falei, a criança vem de manhã, pela parte da manhã na escola, ela vai receber o café da manhã, vai pras oficinas, trabalha as oficinas pela parte da manhã, ao meio-dia ela recebe a outra alimentação que é o almoço, aí no turno da tarde ela, a criança vai para a sala de aula normal, tem o lanche da tarde e depois a saída. Então, a criança, ela tem ao seu dispor, três alimentações. O café da manhã, o almoço e depois o lanche da tarde. Isso também a gente considerara um ponto positivo” (Entrevistado 6, 15/10/2015, grifo meu).

O supervisor também salienta:

“Os oficineiros, uma outra dificuldade que a gente pode citar também, de repente, é os oficineiros com a questão de conseguir os oficineiros de contar com esse oficineiro. Por exemplo, o oficineiro ele recebe apenas uma ajuda de custo, então a escola sempre procura adquirir os oficineiros que tenham um conhecimento já, específico na área, por exemplo, da oficina de Capoeira, procura um profissional que tenha um conhecimento específico nessa área então essa é uma também das dificuldades da escola, já que é ofertada apenas uma ajuda de custo. Então,

geralmente essa é uma das dificuldades também” (Entrevistado 6, 15/10/2015, grifo meu).

Logo, a alimentação é citada mais uma vez com um fator positivo nesta conjuntura. Quanto à negatividade, deve ficar claro que ela não se refere à qualidade dos recursos humanos, mas sim na dificuldade em encontrar essas pessoas, as quais tenham um conhecimento específico para trabalhar as oficinas ofertadas pelo programa na escola.

Esses oficinairos cumprem bem esse papel, tanto que: *“a equipe é bem unida, um dá uma opinião, a gente se reúne e resolve essas situações de oficinairos. Isso não seria tanto o problema”* (Entrevistado 6, 15/10/2015).

Observando-se as entrevistas realizadas junto aos agentes envolvidos, bem como as concepções apresentadas por esses indivíduos, pode-se fazer a seguinte associação:

Uma instância central do processo de avaliação consiste em determinar o grau em que foram alcançadas as finalidades do projeto. Isso requer dimensionar o objetivo geral em subconjuntos de objetivos específicos, os quais por sua vez terão “metas”, cuja obtenção será medida através de indicadores. As variações nos valores que são verificados nas unidades de análise permitem quantificar este processo (COHEN, 2007, p. 152).

Logo, é relevante observar o quanto foi atingido o êxito na efetivação de uma determinada política pública. Constata-se que o êxito foi alcançado em partes, há aspectos positivos, mas também alguns negativos, podendo-se, posteriormente evoluir positivamente o respectivo programa.

Com ênfase nesta contextualização, compreende-se:

Os indicadores indiretos devem ser construídos. Se um projeto tem como objetivo aumentar a participação comunitária, as metas e indicadores das mesmas surgem das formas em que a participação se expressa. Neste caso, a relação entre indicador e meta é de caráter probabilístico e não de implicação lógica, por cujo motivo é conveniente incrementar o número de indicadores de uma meta para aumentar assim a probabilidade de conseguir uma medição adequada (COEHN, 2007, pp. 152-153).

Ou seja, é notório dentro deste processo, o engajamento do público no contexto relativo ao Programa Mais Educação. O envolvimento dos atores que compõem o respectivo estabelecimento de ensino é percebido como um aspecto positivo.

Dessa forma, a política pública deve obter nesse campo um crescimento satisfatório. Além do engajamento dos indivíduos envolvidos. Outro fator positivo ao visualizar as entrevistas vinculadas e este segmento, é a transparência da gestão.

No próximo segmento, aspectos relacionados à parte pedagógica e capacitação dos envolvidos nesta política pública de viés social, serão problematizados.

4.1.3 Dimensão Pedagógica

Aspectos alusivos à dimensão pedagógica dos envolvidos no Programa Mais Educação, osicineiros, serão destacadas nesta parte do trabalho que é desenvolvido, por meio das entrevistas coletadas, apresenta-se as informações necessárias, com o propósito de avaliar o programa no estabelecimento de ensino pesquisado.

A diretora do educandário salienta o seguinte:

“Foi lançado o perfil da escola, da realidade, partindo primeiramente da questão do IDEB. A escola foi uma das contempladas em função de ter um IDEB abaixo da média nacional, houve o planejamento, abriu no sistema, a escola fez, foi contemplada. Houve a aprovação desse planejamento, porque o planejamento partiu do diagnóstico da escola, onde foi passada toda a realidade da escola, desde a questão material, a financeira, a de pessoal, o quadro de recursos humanos, até chegar à questão das necessidades. E lá, no momento em que foi feito esse planejamento, haviam determinadas questões. Essa questão partiu do IDEB baixo. O governo destinou, criou e foi uma política pública do governo, pra trabalhar e melhorar esse IDEB, o principal objetivo do programa, é esse: melhorar o IDEB”
(Entrevistado 1, 25/09/2015, grifo meu).

Nesta contextualização, o que se buscava, era o desenvolvimento do estabelecimento de ensino em vários segmentos, entre eles as questões já mencionadas nos segmentos anteriores, como a infraestrutura, os recursos humanos e materiais, e principalmente a busca pelo melhoramento no aspecto pedagógico em relação ao rendimento dos discentes dentro do educandário.

O que reforça esse argumento, a busca pelo desenvolvimento e o critério aplicado para escolha, é o que foi mencionado pela diretora da instituição de ensino, momento em que ela destaca:

“Que o nosso IDEB era baixo. E esse IDEB, é medido através das avaliações do governo. Então, Provinha Brasil, que é aplicada no segundo ano, sempre dois testes ao longo do ano. Logo no início do ano, entre Março e Abril, se aplica o teste 1, em Matemática, avaliando a questão da Matemática e do Português, na alfabetização. Lá por Outubro, Novembro, se aplica então o segundo teste e a média desse segundo teste, vai ser a média final, e também a avaliação que é aplicada do quinto ano que a cada dois anos, três anos se aplica, também por instituição de fora, pessoas de fora que veem. E aí se faz o IDEB da escola partindo daí, da Provinha Brasil e da avaliação do quinto ano” (Entrevistado 1, 25/09/2015, grifo meu).

Além de fazer menção à questão temporal, bem como ao funcionamento das avaliações, a entrevistada salienta que:

“Caso a escola não tivesse o número de alunos mínimos, para ser aplicado, pois às vezes a turma é menor, então não se aplica, e é o que aconteceu agora nesse último. Nosso último IDEB é de 2011, porque nós não tivemos o número de alunos padrão, pra se fazer então essa avaliação, então não foi aplicada. A nossa escola não foi. E aí então constataram o IDEB abaixo, o governo lançou esse programa para todo o Brasil, só que lógico, foram contempladas algumas, porque era um programa experimental. Para ver se ele ia dar certo, se ia dar resultado. Então, a escola foi comunicada pela SMED, então a partir daí, passou a receber orientações de preenchimento no Simec” (Entrevistado 1, 25/09/2015, grifo meu).

A entrevistada explicou a metodologia adotada e os critérios de avaliação, a fim de verificar a qualidade da parte pedagógica, aquilo que é ensinado efetivamente, aos alunos em sala de aula. Como enfatizado pela diretora, esse processo se dá através da realização da Provinha Brasil, a qual avalia o conhecimento dos discentes dentro das respectivas áreas pedagógicas.

Quando abordada de uma forma mais específica pelo entrevistador, “como era visualizada a capacitação técnica, pedagógica dos docentes, para atuar dentro desta proposta de educação em tempo integral, se havia ocorrido alguma melhoria, alguma capacitação específica, tanto para os docentes que compõem o quadro como os oficinairos responsáveis pelas atividades”, a entrevistada enfatizou o seguinte:

“De desenvolvimento na oficina, nas oficinas, primeiro tem uma questão que tem que se esclarecer aí: docente é somente a coordenadora, a professora coordenadora que no caso é a professora Vera Cunha, porque quem desenvolve as

oficinas, são os oficineiros. São considerados colaboradores voluntários, recebem o ressarcimento, mas não como o pagamento do trabalho. O valor que eles recebem, é o valor em função daquilo que o governo considera. E a orientação que a gente teve, porque nós tivemos que ter todo um esclarecimento antes de começar pra saber o que, como administrar, e a questão do próprio percentual que pode e o que não pode pagar” (Entrevistado 1, 25/09/2015, grifo meu).

A diretora ainda ressalta:

“Existe todo um regimento que nos orienta com relação a isso, um manual na verdade, não um regimento. Um manual que nos orienta em relação a esses pagamentos. Então ele, o pagamento que eles recebem, não é com relação ao trabalho, mas é uma forma, funciona como um auxílio para transporte, e pra questão da alimentação deles. Então, quem desenvolve as oficinas não são professores. Até tem formação, nível médio, alguns em cursos superiores, em formação de curso superior, cursando, alguns com curso superior, mas são considerados colaboradores voluntários” (Entrevistado 1, 25/09/2015, grifo meu).

Deve ser compreendido que primeiramente a entrevistada se reporta às questões inerentes à verba, forma de pagamento aos oficineiros, bem como o envolvimento dos docentes junto ao programa, que na verdade fica mais restrito a equipe diretiva e a coordenação do programa, a qual é capitaneada pela professora Vera Cunha.

Em relação à capacitação dos oficineiros, propriamente em relação às oficinas ministradas o que há, é o conhecimento para ministrá-las, entretanto não necessariamente uma formação na área de atuação, tanto que esses são colaboradores voluntários como ressaltado pela diretora.

Os oficineiros são pessoas providas do ensino médio, que cursam o nível superior e até mesmo munidas do ensino superior completo, o que valoriza efetivamente a adesão do Programa Mais Educação dentro do educandário, por tratar-se de pessoas bem esclarecidas quanto ao tema educação, podendo ser visualizado como algo positivo.

Especificamente em relação ao contexto pedagógico, destaca-se:

[...] o que se pode entender como educação integral, na perspectiva da comissão responsável pelo Relatório (GALIAN; SAMPAIO, 2012): A partir de agora, a educação não se define mais em relação a nenhum conteúdo determinado que se trata de assimilar, mas concebe-se, na verdade, como um processo de ser que, através da diversidade de suas experiências,

aprende a exprimir-se, a comunicar, a interrogar o mundo e a tornar-se sempre mais ele próprio. A ideia de que o homem é um ser inacabado e não pode realizar-se senão ao preço de uma aprendizagem constante, tem sólidos fundamentos não só na economia e na sociologia, mas também na evidência trazida pela investigação psicológica. Sendo assim, a educação tem lugar em todas as idades da vida e na multiplicidade das situações e das circunstâncias da existência. Retoma a verdadeira natureza que é ser global e permanente, e ultrapassa os limites das instituições, dos programas e dos métodos que lhe impuseram ao longo dos séculos (FAURE, et al., 1972, p.225, *Apud* GALIAN; SAMPAIO, 2012, pp.406-407).

Educação, termo importante nesta proposição de estudo, aquela a qual seja ofertada com qualidade, inserindo os indivíduos de distintas faixas etárias e classes sociais. Quanto ao Programa Mais Educação, ao verificar a abordagem do autor, constata-se a relevância em relação à formação não somente de ofício do sujeito, mas também aquela que vise à adaptação de funções distintas no contexto social.

Há uma fundamentação consistente nesta perspectiva, observando-se que a educação tem um espaço tangível no que concerne a todos os cidadãos, retomando a real natureza em âmbito global, os métodos instituídos ao longo dos tempos, faz-se referência, portanto, ao campo pedagógico, ensino-aprendizagem.

A coordenadora Vera Cunha salienta o seguinte aspecto em relação à parte pedagógica:

“Melhorou muito também a aprendizagem pelo motivo deles terem o apoio pedagógico. A frequência deles também, porque adequamos uma maneira pra melhorar aquela frequência e evitar a evasão na escola. Se ele não vem na aula pela manhã, ele não pode vir à tarde no Mais Educação. Se ele não vir à tarde na aula, de manhã ele não vai poder vir. Também é vice-versa. Então ele sabe que se eles não virem na aula, frequentar a aula de manhã, à tarde não pode frequentar o Mais Educação. Então eles não faltam, então melhorou bastante também a frequência que ajuda também na aprendizagem dos alunos” (Entrevistado 2, 01/10/2015, grifo meu).

Questões como a frequência e consequentemente o maior aproveitamento em relação à aprendizagem por meio dessa frequência, sobretudo por meio da implantação do programa na escola, são tópicos elencados pela entrevistada, a qual entende como um fator positivo, havendo inclusive o controle da evasão.

Ao entrevistar a orientadora educacional, essa compreende que o Programa Mais Educação dentre tantos aspectos visa:

“No caso assim: é ampliar a jornada da criança dentro da escola com o objetivo da melhoria do ensino-aprendizagem. No caso da vulnerabilidade, tirar eles da rua, a vulnerabilidade social. Então eles estando aqui, dentro do projeto que a gente vê que já surtiu efeito muito positivo dentro da nossa escola, a gente vê que eles aqui gostam de estar, a gente vê o resultado dentro da sala de aula também. É bem positivo, as professoras mesmo veem que no caso no ensino-aprendizagem eles desenvolvem bastante com o Apoio Pedagógico, mesmo que o cultural” (Entrevistado 3, 02/10/2015, grifo meu).

A entrevistada ainda ressalta:

“Olha aí como eu tava te falando no São Borja em Danças, as oficinas de Dança que com o professor, ele é bastante empenhado, ele gosta do que ele faz e as crianças assim tiveram sucesso imenso. Isso deu pra demonstrar dentro da sociedade de São Borja, no caso o “Programa São Borja em Dança”, eles se superaram pra crianças daonde eles estão hoje numa escola pequena de periferia. Hoje eles participam do São Borja em Dança concorrendo com outros países de fora e aí a gente conseguiu trazer, são três troféus pra dentro da nossa escola. Então eu acho que tá surtindo efeito, é um programa maravilhoso, eles gostam de estar na escola, mesmo assim os pais também, isso é muito positivo” (Entrevistado 3, 02/10/2015, grifo meu).

Por fim, a orientadora educacional salienta que:

“A gente dá preferência pra aquela que realmente necessita, que precisa estar dentro da escola. Hoje já tem essa concorrência de vaga. Todo mundo querendo, porque acreditou no projeto, tá vendo que tá surtindo efeito. Os filhos mesmos contam em casa para os pais que gostam de tá na escola” (Entrevistado 3, 02/10/2015, grifo meu).

Portanto, nesta abordagem fica evidenciada a importância do maior tempo de inserção da criança junto à escola, pois possibilita haver um envolvimento maior dessas nas atividades, o que contribui efetivamente, para uma melhor aprendizagem. Nesse aspecto, os discentes conseguem ter um aproveitamento maior em relação àquilo que é transmitido em sala de aula.

A capacidade dosicineiros em relação às atividades ministradas é enfatizada, sobretudo valorizada, através do Apoio Pedagógico, há a contribuição para um maior aproveitamento por parte dos alunos e quanto à oficina de Dança, a escola já foi contemplada com alguns prêmios importantes. Confirma-se dessa

forma, a capacidade dosicineiros quanto ao controle dessas atividades, sua capacidade técnica.

A encarregada pela oficina do Apoio Pedagógico, Sonia Souza, destaca que:

“É. Tanto assim crianças que têm esse apoio do Mais Educação. Também eu trabalho com algumas crianças no AEE e tenho contato com as crianças que tão nesse programa de turno integral. A maioria das crianças assim, dá pra se dizer que noventa por cento têm grande evolução em questões de aprendizagem, questão social né, porque o programa envolve algumas oficinas. Tem a Música, tem o Apoio Pedagógico, tem a Dança. Então tudo rende pro avanço deles. Também, a gente vê, reflete né, em sala de aula, esse progresso deles e é um programa que vem só agregar as crianças. É muito importante pra eles” (Entrevistado 11, 23/10/2015, grifo meu).

Aicineira salienta em termos percentuais, 90%, o quadro evolutivo dos discentes, aqueles que participam dessa política pública de caráter social, houve um progresso em relação a esses discentes. Ela confirma o avanço das crianças e ainda ressalta o aspecto relativo à aprendizagem dos discentes como fator positivo dentro desta proposta.

“Questões positivas é a questão da aprendizagem das crianças que melhorou muito com o programa. A gente pode perceber crianças que tinham muita dificuldade na aprendizagem, hoje já tão conseguindo ler, escrever, então aí já é uma barreira né, já não tem aquele apoio já. Eles tavam evoluindo, agora já pode regredirem questões assim de aprendizagem, mais é a questão pedagógica” (Entrevistado 11, 23/10/2015, grifo meu).

Figura 6: Fotografia da sala de aula na qual são ministradas as aulas do Apoio Pedagógico:



Fonte/Org: (SOUZA, Sócrates, 2015).

Contudo, deve ser enfatizado que mesmo com o discurso proferido de melhorias na questão ensino aprendizagem, não foi possível acessar os dados, ou seja, os documentos que ratificam que a partir da instituição do Programa Mais Educação no educandário, ocorreram essas melhorias, com o propósito de verificar o antes e o depois.

As informações que não são identificadas por meio de dados comprobatórios, partiram das entrevistas realizadas junto aos atores envolvidos, equipe diretiva, coordenadora do Programa Mais Educação,icineira do Apoio Pedagógico e os próprios discentes que enfatizaram o seu progresso nas questões relacionadas ao ensino aprendizagem.

Aicineira também enfatiza:

“Também a questão social que eles tinham as oficinas de Música, de Dança. Então já da Capoeira também que eles adoram bastante. Então, já é uma coisa que eles tão sentindo falta. A questão que envolve corpo também. A questão de

coordenação, socialização entre eles, colaboração entre eles. Então a gente tá sentindo falta dessa questão aí. Então é muito positivo que retorne o programa né. A gente sente falta e vê o quanto é importante pra aprendizagem deles” (Entrevistado 11, 23/10/2015, grifo meu).

A entrevistada corrobora a importância do funcionamento do Programa Mais Educação, elenca elementos importantes como o progresso na aprendizagem em relação à escrita e à leitura das crianças. Um contraponto nesse discurso é a interrupção do programa pela falta de verba, o que acarreta conseqüentemente, na seqüência do progresso das crianças por meio das atividades desenvolvidas.

Em suma, as oficinas foram valorizadas pela entrevistada, o desenvolvimento dessas. É importante o retorno das atividades o mais breve possível, na instituição de ensino, para que dessa maneira haja uma continuidade que seja benéfica para as crianças inseridas.

O discente André Lima, aluno do quinto ano do ensino fundamental, quando perguntado sobre o Apoio Pedagógico, se aprendia bastantes coisas, o mesmo respondeu que *“sim, compareço todos os dias, gosto muito das atividades”* (Entrevistado 9, 16/10/2015).

Ao entrevistar a discente do quinto ano, Bruna Rosa, foi perguntado a ela se a partir da instituição do Programa Mais Educação dentro da escola, o nível da aprendizagem havia melhorado. A discente respondeu:

“Muito! Muito mesmo! Porque eu só rodava né. Daí o apoio também me ajudou bastante. E agora só tô passando, graças a Deus e a graças as professora também que me apoiaram né. Não me deixaram assim, largado assim, e me ajudaram bastante” (Entrevistado 8, 16/10/2015, grifo meu).

No discurso da discente, fica nítida a relevância do Apoio Pedagógico como oficina, reiterou aquilo que aicineira dessa atividade havia mencionado, ou seja, quanto ao aproveitamento que foi elevado a partir dessa atividade. A aluna enfatiza ainda que o seu desempenho é outro, pois antes só reprovava e agora progrediu, conseguiu obter aprovações no educandário.

A senhora Fernanda Prates, mãe de alunos do educandário, quando perguntado a ela sobre o aspecto ensino aprendizagem, se eles melhoraram, deram resultados considerados mais satisfatórios, foi enfatizado por ela que *“com certeza né, porque todas as atividades que eles propõem aqui no caso, que eles vêm é*

colocando aqui pras crianças só vem sempre a melhoria da criança né, a melhoria” (Entrevistado 15, 20/11/2015).

Ao analisar todas as colocações propostas, pode-se compreender a importância da instituição dessa política pública na escola, pois se trata da questão pedagógica, essa foi benéfica para a melhoria dos discentes inseridos.

Os oficinairos são competentes segundo os entrevistados, pois mesmo não tendo a maioria deles, a capacitação técnica para atuação, têm o conhecimento necessário e nível de escolaridade que contribuem para a execução das atividades.

A partir de todos esses pressupostos depreende-se:

Escola de tempo integral. Em sentido restrito refere-se à organização escolar na qual o tempo de permanência dos estudantes se amplia para além do turno escolar, também denominada, em alguns países, como jornada escolar completa. Em sentido amplo, abrange o debate da educação integral – consideradas as necessidades formativas nos campos cognitivo, estético, lúdico, físico-motor, espiritual, entre outros – no qual a categoria “tempo escolar” reveste-se de relevante significado tanto em relação a sua ampliação, quanto em relação à necessidade de sua reinvenção no cotidiano escolar (MOLL, 2010, *Apud* LECLERC; MOLL, 2012, p. 96).

É necessário compreender que a transferência da responsabilidade de educar neste sentido, não pode ser realizada dos pais para os docentes, ou oficinairos no contexto em que é trabalhado. O que deve haver é uma potencialização do quesito ensino aprendizagem dentro do estabelecimento de ensino, por meio dessa política pública de âmbito social.

Questões como o maior tempo de permanência dos discentes no educandário, formação com maior qualificação nos campos de atuação, oficinas ministradas, são questões relevantes, as quais devem ser consideradas de uma forma positiva.

Considera-se que o trabalho está pautado em uma política pública, sobretudo com ênfase em tudo o que foi discutido em relação ao assunto até o momento que é o Programa Mais Educação, destaca-se:

No processo de um projeto social a estratégia participativa prevê a adesão da comunidade no planejamento, programação, execução, operação e avaliação do mesmo. Desta forma, a avaliação participativa é um componente de uma estratégia diferente de projetos, fazendo com que sua adequada implementação dependa em grande parte da população afetada por ele (COHEN, 2007, p. 114).

Compreende-se dessa forma, a importância do engajamento dos atores envolvidos, para que desse modo, a política pública seja bem aceita, especialmente bem aproveitada em um determinado contexto social. Neste caso, especificamente na Escola Municipal de Ensino Fundamental República Argentina, a qual tem como público alvo a comunidade escolar.

Este segmento tratou das questões voltadas para o campo pedagógico e a capacitação dos envolvidos nesta perspectiva, sendo considerados satisfatórios após as coletas das informações.

Portanto, os entrevistados, constituídos pela comunidade escolar, apoiam o programa instituído, a forma como é trabalhado na escola pesquisada, fica apenas a ressalva de que seria importante o retorno dessa política pública que visa beneficiar as crianças inseridas, o que realmente aconteceu.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi desafiador desenvolver este trabalho por conta da necessidade de realizar a pesquisa de campo, observar a realidade do contexto pesquisado, bem como o contato junto aos atores envolvidos na proposta de educação em tempo integral.

Fui muito bem recebido em todos os momentos por essas pessoas, consegui obter as informações necessárias com facilidade para compreender o propósito da política pública em estudo.

Houve o estabelecimento da relação entre os seguintes temas: educação em tempo integral, governabilidade, políticas públicas e reforma do estado. Foi possível compreender os momentos históricos de nossa sociedade e depreender os procedimentos necessários para a implementação de uma política pública.

Ocorreu, por exemplo, o melhor entendimento sobre os CIEPs no Estado do Rio de Janeiro, o qual tinha a intenção de ampliar a jornada do discente dentro da escola. Entretanto, não obtiveram a sua adesão plena como uma política em termos educacionais, sobre o pretexto de ser muito onerosa, constatando-se que historicamente a classe elitizada é quem usufruía de uma melhor educação, aquela compreendida como a de qualidade.

Foi possível verificar também, através das observações e entrevistas realizadas, que o tema infraestrutura foi unânime, a sua negativa, uma vez que de acordo com as pessoas entrevistadas o educandário não dispõe de um espaço compreendido como o ideal para o desenvolvimento das atividades inerentes ao Programa Mais Educação.

Entretanto, mesmo com a carência existente no que diz respeito à infraestrutura, a escola é bem organizada e as pessoas que dirigem esse educandário conseguem aperfeiçoar de uma forma inteligente os espaços, possibilitando dessa forma, o desenvolvimento das atividades.

Verificou-se que seria imprescindível que ocorresse uma ampliação das instalações desse estabelecimento de ensino.

Como fator positivo neste espaço, percebeu-se a edificação de um banheiro adaptado, visando à inserção de pessoas portadoras de necessidades especiais, como por exemplo, pessoas cadeirantes.

As rampas de acesso junto às salas de aula e demais instalações também foram visualizadas como positivas, bem como os condicionadores de ar existentes

nas salas de aula, o que contribui para um maior conforto dos discentes e professores que utilizam esses espaços.

Neste quesito, infraestrutura, o estabelecimento de ensino deveria passar por algumas modificações, o devido aperfeiçoamento em suas instalações, como a construção de uma cobertura na quadra poliesportiva, visando a utilização de um maior espaço físico em dias de chuva e mais salas de aula. Seria de grande valia se isso acontecesse.

Em relação aos recursos orçamentários, poderia haver um maior investimento, sobretudo a manutenção dessa verba visando à continuidade dessa política pública. A comunidade escolar depreende que foi negativa a interrupção do Programa Mais Educação em razão da interrupção dessa verba que era destinada para a manutenção do programa.

Os recursos orçamentários eram até então, suficientes para o pagamento dos oficineiros, o que foi compreendido no decorrer das entrevistas que se tratava de uma ajuda de custo e para algumas manutenções que fossem necessárias no respectivo educandário.

Em razão da interrupção da verba, o Programa Mais Educação deixou de funcionar no mês de Agosto do ano de 2015. Não há uma estimativa para o seu retorno ao estabelecimento de ensino.

Outro aspecto positivo, diante desse panorama negativo, é que a gestão da escola teve a capacidade de administrar os recursos destinados ao Programa Mais Educação da melhor maneira possível.

Enquanto essa política pública era interrompida em algumas escolas por esgotamento da verba, na EMEF República Argentina havia a sua continuidade, pois as administradoras geriam esses recursos fazendo projeções a médio e longo prazo.

Transparência da gestão quanto à administração dos recursos orçamentários foi visualizada como positiva.

Partindo para o que diz respeito aos recursos humanos, a escola entende que esteja bem preparada neste quesito. Há um bom recebimento dessa política pública por parte da comunidade escolar, equipe diretiva, docentes, discentes, funcionários, pais, coordenação do programa e oficineiros.

O engajamento maior fica por conta daqueles que compõem o quadro do Programa Mais Educação, nesse caso a equipe diretiva e coordenação do programa que administram de forma competente os recursos como compreendido ao longo do

trabalho desenvolvido, funcionários, entre eles à secretária de escola, as cozinheiras e os oficineiros que são os grandes responsáveis por ministrar as atividades propostas pelo Programa Mais Educação.

Os envolvidos neste contexto conseguem organizar-se em relação aos seus horários, para que nos intervalos, como ao meio-dia, as crianças não fiquem desamparadas. Nesta conjuntura, a equipe diretiva e funcionários é que realizam esse rodízio durante a semana. Foi observada como positiva a questão dos recursos humanos em especial a sua organização nos afazeres e no cumprimento dos horários.

A dificuldade neste aspecto fica por conta de conseguir o oficineiro para ministrar à atividade, considera-se que eles trabalham e contam com uma ajuda de custo. Contudo, felizmente o educandário conseguiu pessoas competentes e comprometidas para ministrarem essas oficinas.

Em relação à parte de alimentação, esse tópico é valorizado em termos gerais pelos entrevistados, foi depreendido como bem positiva. Portanto, vamos aos aspectos relevantes quanto a essa temática.

A escola por meio do Programa Mais Educação, oferta três alimentações diárias, essas são saudáveis. Há uma boa dieta, a qual é prescrita e supervisionada por uma nutricionista da Prefeitura Municipal, contando inclusive com verduras. Café da manhã, almoço e lanche da tarde. Os alunos ainda dispõem de uma quarta alimentação que seria aquela da merenda escolar.

Ou seja, os alunos que não compõem o Programa Mais Educação têm direito a essa alimentação que é regular e os que compõem o programa também. Há um pai que conforme as suas possibilidades contribui, doa alguns alimentos.

A Prefeitura Municipal foi bastante elogiada neste sentido, pois ela dá o suporte necessário. Caso aconteça algum problema, quando acionada a prefeitura, esses problemas são resolvidos rapidamente.

Muitas crianças são oriundas de uma classe baixa, dessa forma, muitas compareciam à escola para se alimentarem, pois em muitas situações, talvez fosse à única alimentação do dia, sendo que uma boa alimentação, certamente contribuiu para uma maior disposição dessas crianças e resultados mais satisfatórios, porque estando bem alimentado(a) o poder de concentração se amplia.

Por fim, compreende-se que a alimentação é bem elaborada. Há cozinheiras qualificadas assim como uma grande higiene do local no qual são preparadas as refeições das crianças. Esse aspecto foi identificado como positivo.

Quanto à capacitação técnica dos oficinairos, identificou-se que apenas a oficinaira do Apoio Pedagógico é quem tem a capacitação específica na área de atuação. No entanto, todos foram muito valorizados pela coordenação do programa, equipe diretiva, professores, funcionários, pais e conseqüentemente alunos que adoram o Programa Mais Educação.

A oficina de Canto e Coral é ministrada pelo senhor Aeromar, o qual inclusive cede o espaço necessário para a realização dessa atividade, um espaço físico externo ao educandário, como foi enfatizado no decorrer da atividade.

A oficina de Dança é ministrada pelo senhor João Carlos, o qual foi capaz de conduzir as crianças a conquista de prêmios e a participação em eventos locais, ele foi bastante elogiado pelos entrevistados ao longo do trabalho realizado. Mesmo sem a qualificação profissional nesta área de atuação, o mesmo é bastante experiente, o que contribuiu para o êxito dessa oficina e das crianças envolvidas.

Quanto à oficina de Capoeira, essa contribuiu no aspecto cultural e na disciplina das crianças.

Em relação ao Apoio Pedagógico, pode-se ratificar por meio das entrevistas realizadas que foi bastante benéfica a implantação, houve um bom e maior rendimento por parte das crianças inseridas. De acordo com a entrevistada que ministra essa oficina, ela julga que em torno de noventa por cento dos envolvidos no projeto evoluíram e conquistaram melhores resultados.

Apesar de não haver o acesso junto aos documentos que comprovam a melhoria no aspecto ensino aprendizagem, equipe diretiva, coordenadora do Programa Mais Educação na escola, oficinaira do Apoio Pedagógico e os próprios discentes entrevistados, salientaram o progresso ocorrido por meio do respectivo programa no educandário e por conta da inserção da oficina de Apoio Pedagógico.

Ao realizar este trabalho, foi possível constatar que essa política pública pode ser melhorada. Questões como a infraestrutura e recursos orçamentários foram criticadas.

Infraestrutura pela falta de espaço físico, citada por diversas vezes e a verba, mais precisamente por sua interrupção o que acarretou na conseqüente paralisação do Programa Mais Educação.

Todavia, aspectos positivos foram salientados e contribuíram muito no tempo em que houve o seu funcionamento. No caso dos recursos humanos apesar da dificuldade para se encontrar os oficineiros, teve como ponto positivo destacado o envolvimento das pessoas componentes dessa política pública.

A parte relativa à alimentação foi bastante elogiada, considerou-se que contribui para uma maior e melhor concentração das crianças, o fato de estarem bem alimentadas e principalmente considerando que muitas são de origem mais carente e que certamente não teriam a possibilidade de usufruírem de uma melhor alimentação em suas casas.

A questão da capacitação dos oficineiros também é um ponto positivo, pois eles conseguiram conduzir de forma muito competente e inteligente as suas atividades, o que resultou no progresso dos discentes. Mesmo que alguns deles não contassem com a capacitação específica para atuação proporcionaram uma boa aprendizagem, o que resultou na melhoria dos discentes inseridos nesta proposta.

Por fim, em relação ao quesito pedagógico, esse foi unânime quanto a ser positivo, pois conforme a equipe houve uma grande evolução das crianças, conquistando-se aquilo que era desejado, a melhoria do IDEB e o controle da evasão.

Verificado tudo o que foi abordado ao longo do trabalho produzido, constatou-se que existem mais aspectos positivos em relação aos negativos, entre eles a alimentação e as melhorias na parte de ensino aprendizagem das crianças.

Contudo, é necessário mencionar que a política pública não teve a sua continuidade em função da falta da verba, o que pode ser entendido como uma interrupção da evolução dessa política pública dentro do espaço pesquisado.

Em termos gerais as implicações quanto à implantação do Programa Mais Educação contribuíram para uma melhor questão do ensino aprendizagem, pois houve uma maior permanência dos discentes na escola e um percentual considerável de alunos que evoluíram pedagogicamente.

Não houve acesso aos dados que comprovam a evolução pedagógica, entretanto, isso foi diagnosticado por meio das entrevistas realizadas junto aos atores envolvidos.

Compreende-se que os benefícios foram muitos no contexto pesquisado, houve uma avaliação positiva, sendo uma política pública satisfatória em partes, destaca-se que uma política pública deve obedecer aos ciclos necessários, para

assim, atingir os pressupostos da eficácia, eficiência e efetividade, a fim de tornar-se plena, para que em algum momento se efetive as propostas desejadas, como o maior IDEB e a educação efetiva e de qualidade em tempo integral.

Dessa forma, o trabalho realizado contribuiu com os estudos relacionados à Ciência Política, porque através da avaliação desta política pública, o Programa Mais Educação, foi possível verificar a participação social dos sujeitos envolvidos e a relação existente entre sociedade e Estado, governabilidade, e ainda o investimento dos recursos públicos por parte do Estado.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Reforma do Estado e Políticas Educacionais: Entre a Crise do Estado-Nação e a Emergência da Regulação Supracional**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a03.pdf>>. Acesso em: 17 de out. 2015.

CARNEIRO, Neri de Paula. **Educação e Educação Escolar**. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/ciencia-artigos/educacao-e-educacao-escolar-498265.html>>. Acesso em: 26 de out. 2015.

CAVALIERI, Ana Maria Villela. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, 2007.

COHEN, Ernesto e FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. – 7º Ed, Petrópolis: Vozes, 2007.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. – 2. ed. – 19. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.

DICIONÁRIO INFORMAL. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/pesquisa+qualitativa/6770/>>. Acesso em: 04 de jun. 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica**. Linha d'Água, n.25 (2), 2012, p.307-329.

FRANÇA, Robson Luiz de. **Educação e Trabalho: políticas públicas e a formação para o trabalho**. – Campinas, SP: Ed. Alínea, 2010.

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção; SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira. **EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: implicações para o currículo da escola básica**. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss2articles/galian-sampaio.pdf>>. Acesso em: 04 de jun. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

HOWLETT, Michael; RAMESCH, M.; e PERL, Anthony. **Política Pública seus ciclos e subsistemas uma abordagem integral**. – Trad. Francisco G. Heidmann. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431800>>. Acesso em: 04 de jun. 2016.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LECLERC, Gesuína de Fátima Elis; MOLL, Jaqueline: **Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral e em Tempo Integral**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n45/07.pdf>>. Acesso em: 04 de jun. de 2016.

MOLL, Jaqueline. **Caminhos da educação integral no Brasil: direitos a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Disponível: <https://www.academia.edu/7364171/POL%C3%8DTICAS_P%C3%9ABLICAS_EDUCACIONAIS_conceito_e_contextualiza%C3%A7%C3%A3o_numa_perspectiva_did%C3%A1tica_1>. Acesso em: 09 de jun. 2016.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reforma do estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo: ENAP, editora 34, 1998.

Programa Mais Educação: Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16690&Itemid=1113>. Acesso em: 04 de jun. 2016.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**.—Curitiba, PR: Ed. Intersaberes, 2013.

ROSA, Viviane Silva da. **O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL**. UFSC. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Estado_e_Politica_Educacional/Trabalho/01_21_33_1095-6501-1-PB.pdf>. Acesso em: 26 de out. 2015.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. – São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SERAINE, Ana Beatriz Martins do Santos; JUNIOR, Raimundo Batista dos Santos; MIYAMOTO, Sheguenoli. **Estado, desenvolvimento e políticas públicas**. Ijuí: Ed. Unijuí; Teresina: Ed. Universitária da Ufpi, 2008.

TORRES, Carlos Alberto, O'CADIZ, Maria del Pilar e WONG, Pia Linqvist. **Educação e Democracia: a práxis de Paulo Freire em São Paulo**. – São Paulo: Ed. Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

VERZA, Severino Batista. **As políticas públicas de educação no município**. – Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Sr(a) foi selecionado(a) e está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: “**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL REPÚBLICA ARGENTINA**”, que tem como objetivo constatar se a respectiva política pública trouxe benefícios ao educandário. Especificamente aos usuários dessa política pública.

Este é um estudo baseado em uma pesquisa qualitativa, utilizando como métodos, a aplicação de entrevistas por meio de um questionário semiestruturado em dimensões analíticas, análise do discurso e observação estruturada e não participante.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que o seu nome será substituído de forma aleatória. As informações coletadas serão utilizadas apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os seus dados, como também na que trabalha.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de entrevista gravada para posterior transcrição.

Sr(a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. Não haverá riscos de qualquer natureza relacionada a sua participação. O benefício relacionado a sua participação será o de aumentar o conhecimento científico para a área de Ciência Política.

Sr(a) receberá uma cópia deste termo onde consta o celular/e-mail do pesquisador responsável, podendo esclarecer as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Desde já, este pesquisador agradece a sua contribuição para com o trabalho científico que está sendo desenvolvido.

Sócrates Pereira de Souza

Discente do curso de Ciências Sociais – Ciência Política

Fone: (55) 9982-6045

E-MAIL – socratespereiradesouza1985@gmail.com

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Sujeito da Pesquisa: _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
Campus de São Borja

Curso de Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL DE
ENSINO FUNDAMENTAL REPÚBLICA ARGENTINA**

**INFRAESTRUTURA FÍSICA/RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (questões aplicadas
junto aos entrevistados)**

- 1 - Ocorreram melhorias inerentes à infraestrutura (recursos) dessa instituição de ensino? Quais?
- 2 - Ocorreu o repasse de uma maior quantia de verba pelo poder público, visando à manutenção desse programa?
- 3 - Qual o funcionamento da cozinha em turno integral?
- 4 - Há alguma mudança em relação a antes da efetivação do programa?
- 5 - Como são o seu espaço físico (cozinha, salas de aula e demais espaços como a quadra poliesportiva)?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
Campus de São Borja

Curso de Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL DE
ENSINO FUNDAMENTAL REPÚBLICA ARGENTINA**

**RECURSOS HUMANOS/ALIMENTAÇÃO (questões aplicadas junto aos
entrevistados)**

- 1 - Ocorreram melhorias relativas à alimentação das crianças?
- 2 - Quantas alimentações os alunos eicineiros envolvidos no Programa Mais Educação recebem por dia?
- 3 - A quantidade deicineiros envolvidos no Programa Mais Educação é suficiente para atender às demandas de alunos inseridos nesta proposta?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
Campus de São Borja

Curso de Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL DE
ENSINO FUNDAMENTAL REPÚBLICA ARGENTINA**

DIMENSÃO PEDAGÓGICA (questões aplicadas junto aos entrevistados)

- 1 - Como as crianças (discentes), pais e responsáveis por esses alunos visualizam o projeto instaurado?
- 2 - Ocorreram melhorias relacionadas à capacitação técnica pedagógica dos docentes para atuar dentro da proposta de educação em tempo integral?
- 3 - Quais são os critérios para a seleção dosicineiros, a fim de que esses atuem neste programa de educação em tempo integral?
- 4 - Que mudança você destacaria em relação a avanços depois da efetivação do programa?